

22

Página

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

NÚMERO 106 | MAR/ABR 2017

MULHERES

Encaram tabus,
como pornografia
e prostituição



História

Como surgiu
a opressão do
patriarcado

Entrevista

Profissional do sexo,
com orgulho

Negras

O duplo
preconceito

Carxs leitorxs

Neste mês de março, em que vêm ocorrendo diversas manifestações em torno da questão da mulher no mundo todo, Página22 propõe um debate corajoso, que vai além dos assuntos comumente explorados no âmbito da diversidade de gênero, tais como desigualdade salarial entre mulheres e homens e participação feminina em cargos de chefia.

Esta edição propõe avançar o debate do feminismo na direção de temas considerados tabus, como a prostituição e a pornografia. Embora sejam assuntos delicados e controversos, precisam ser encarados quando se discute seriamente o papel da mulher na sociedade.

Um dos debates que apresentamos é: a pornografia e a prostituição seriam formas que o sistema patriarcal usa para subjugar e oprimir a mulher, ou são atividades que podem ser apropriadas e ressignificadas pela própria esfera feminina, na busca da autonomia de seus corpos e do desenvolvimento de sua sexualidade?

Não existe resposta fácil, mas o maior desafio é o de nos desfazer dos preconceitos historicamente construídos e profundamente enraizados em nossos códigos culturais.

Boa leitura!

22
Página

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETOR Luiz Artur Brito

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle

EDIÇÃO DE ARTE José Roosevelt Junior
www.mediacts.com

ILUSTRAÇÕES Flavio Castellan (seções)
EDITORA DE FOTOGRAFIA Flavia Sakai
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
GESTORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Cíntya Feitosa, Fernanda Macedo,
João Meirelles Filho, Magali Cabral (textos e edição),
Mariana Buoro, Thais Moreno

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

Para informações sobre anúncio no website
e no pdf da edição disponível para download,
contate Bel Brunharo:
belbrunharo@pagina22.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Avenida Nove de Julho, 2029, 11º andar - São Paulo - SP
(11) 3799-3212 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
José Eli da Veiga, Leeward Wang,
Mario Monzoni, Pedro Telles,
Roberto S. Waack, Rodolfo Guttilla

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados
por colaboradores expressam a visão de seus autores,
não representando, necessariamente, o ponto de vista
de PÁGINA22 e do GVces.

CAPA
Adaptação da obra We Can Do It! de J. Howard Miller, 1943.

creative commons
A REVISTA PÁGINA22 ADETIU À LICENÇA
CREATIVE COMMONS, ASSIM, É LIVRE
A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO
IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



Use o QR Code para acessar PÁGINA22
gratuitamente e ler esta e outras edições



CAPA

É da vida

Temas tabus como pornografia e prostituição sempre ficaram à margem dos debates da diversidade. Mas alguns movimentos feministas tentam mudar este cenário

- 4 Entrevista** Betânia Santos, há 25 anos no Jardim Itatinga, maior zona de prostituição da América Latina, diz ser muito grata à atividade que escolheu: "Aqui conquistei a minha estabilidade, a minha liberdade, a capacidade de ser quem eu sou hoje".
- 18 História** Embora pareça pertencer à esfera privada, o corpo da mulher permeia as questões políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo
- 23 Análise** Na Amazônia, território do machismo, fortalecer os movimentos de mulheres pode revolucionar a educação, a segurança, a alimentação, a democracia e a participação do jovem e da criança
- 24 Racismo** Por sofrer duplo preconceito, a negra é merecedora de atenções especiais no movimento feminista
- 28 Ponto e Contraponto** Prostituição: regulamentar ou proibir? Conheça duas posições divergentes
- 40 Leia+** As mulheres estão adequadamente retratadas nos filmes? A sexualidade da mulher é apenas uma questão de saúde? Quando a publicidade deixará de explorar o corpo feminino com a finalidade de vender produtos? Navegue por *links* que respondem a estas e outras questões.

Preparamos uma *playlist* no Spotify para você ouvir enquanto saboreia esta edição. São músicas de mulheres e sobre mulheres, sexualidade, prostituição, corpo, empoderamento e liberdade. [Toca o play.](#)

Com muito orgulho

POR AMÁLIA SAFATLE E MAGALI CABRAL

Nas ruas do Jardim Itatinga, em Campinas, o tráfego é constante, sobretudo de caminhoneiros. O bairro foi criado às margens da Rodovia dos Bandeirantes – e à margem da cidade – para que ali se estabelecesse uma área de prostituição, hoje considerada a maior da América Latina. Construir o bairro foi uma forma de tentar banir a atividade do Centro e, assim, “revitalizá-lo”.

Em meio à movimentação da clientela no Itatinga, Betânia Santos recebeu a reportagem de PÁGINA22 na subsede da Associação Mulheres Guerreiras, da qual é coordenadora-geral. Prostituta com orgulho, Betânia Santos conta ser muito grata à atividade que escolheu e exerce no Itatinga há 25 anos: “Aqui conquistei a minha estabilidade, a minha liberdade, a capacidade de ser quem eu sou hoje”.

A luta que a move diariamente é contra o preconceito e pela regulamentação da profissão, com a finalidade de garantir a liberdade de escolha, proteger a classe da violência e reconhecer direitos trabalhistas. Embora a atividade em si não seja crime, não está legalizada e possui flancos abertos, que dão margem legal à repressão. Está no Congresso o projeto de lei que vem sendo chamado de “Gabriela Leite”, fundadora da Rede Brasileira de Prostitutas, já falecida, e uma das maiores referências dessa bandeira ainda tão controversa.

Prostituta e coordenadora-geral da Associação Mulheres Guerreiras – Profissionais do Sexo. cursou até o terceiro ano de Ciências Jurídicas na Unip de Campinas. Entre as bandeiras defendidas pela associação estão: direito ao trabalho, combate à violência e ao abuso, vaga em creche, realização de debates e seminários, visibilidade ao profissional do sexo e fim da exploração infantojuvenil.

Conte um pouco da sua história de vida. O que a trouxe para o Jardim Itatinga?

Sou do interior do Maranhão, cidade de Caxias, e vim para o Jardim Itatinga em 1990. Posso dizer que minha história começou aqui, porque aqui conquistei a minha estabilidade, a liberdade, a capacidade de ser quem eu sou hoje. Sou Betânia, 43 anos, tenho três filhas – uma turismóloga, uma com o colegial completo e uma de 11 anos que ainda está iniciando os estudos. Tenho o terceiro ano de Ciências Jurídicas, mas ainda não terminei o curso, porque não sei se essa é a – outra – profissão que eu quero, porque a minha profissão mesmo é o trabalho sexual. Para alguns é profissional do sexo, para outros é garota de programa, mas o meu trabalho, reconhecido por mim, é o de prostituta. Amenizando um pouco, eu sou puta. Não tenho nenhum pudor em falar isso. Minha família, meus amigos, todos sabem.

Usar a palavra “prostituta” é importante para reforçar o respeito que se defende para a profissão?

Isso, até porque essa palavra também é usada de forma positiva há milênios, quando a própria Igreja Católica nomeou Maria Madalena como prostituta. Uma prostituta que seguiu Jesus. Lendo a Bíblia e vendo os filmes e as ficções, Maria Madalena era uma prostituta, teve a sua opção religiosa, mas não deixou de carregar esse nome, essa palavra. A Bíblia não fala com o agravo de que era um estigma, mas sim como uma palavra que a projetou no meio da sociedade. É muito importante que se fale “puta”, sim, da forma positiva, tanto é que uso a seguinte expressão: filha da puta são as minhas filhas ou de qualquer outra mulher que exerça o trabalho sexual.

A senhora optou por parar os estudos de Ciências Jurídicas para se dedicar à profissão de prostituta?

Eu seria uma advogada hoje se tivesse me formado 11 anos atrás. Mas eu sou prostituta desde 1990. Quando as pessoas falam que a gente vem para a prostituição por falta de opção ou de estrutura, que a gente é de baixa renda, não ganha o suficiente, isso não é verdade. Se fosse por falta de opção, eu não teria feito os vários cursos técnicos que fiz e que me poderiam dar outro salário. Sou prostituta por opção. Não terminei o curso por um problema de saúde, tive eclâmpsia na gravidez. E o meu interesse pelo Direito se deveu ao desejo de entender mais por que essa profissão é tão estigmatizada.



A senhora tem alguma ideia de onde vem esse estigma? De algumas religiões? Do conservadorismo?

Não devemos culpar as religiões e as bancadas evangélicas, porque esse estigma é cultural. Muita gente acha que estamos magoando, estragando [praticando uma violência contra] o corpo. A sexualidade é algo complexo. Talvez seja por isso.

Existe um tabu contra o sexo que não seja voltado para a formação de família e a procriação, é isso?

Se a gente for ver direitinho, o preconceito está [relacionado] com os órgãos sexuais. Porque o olho não é proibido, o cabelo não é proibido. Mas falou em órgãos sexuais começa o tabu. O problema é usar a vagina para ganhar dinheiro. A prostituição no Brasil não é crime, mas também não é legalizada. O que é crime é o comércio e o atentado violento ao pudor. Então eles cercam a gente por todas as brechas que existem. Receber um cliente em casa não é crime,



mas ter uma casa com várias prostitutas é. Ir a um motel com o cliente, não. Por isso entrei para a linha do Direito, para que a gente comece a analisar essas questões, com um empoderamento que as pessoas acham que a gente não tem.

A Associação Mulheres Guerreiras conta com algum apoio do Estado, do governo?

O governo não é nosso parceiro. Não trabalha com a gente para [oferecer] estrutura, nem tratamento [de saúde]. Eles trabalham com a gente somente pra fins de [realizar] pesquisas, por exemplo sobre incidência de sífilis. Mas não nos remuneram pelo tempo que nos dedicamos a proporcionar essas pesquisas em zonas de prostituição [fazendo a ponte entre os pesquisadores e as profissionais]. A gente poderia cobrar por esse tempo dedicado a pesquisas, porque estamos deixando de atender clientes.

A Associação conta com algum tipo de apoio?

As associadas não podem contribuir como se fosse um sindicato [porque isso seria crime]. Este espaço aqui é mantido pela Red Umbrella, um fundo holandês que apoia mundialmente grupos de pessoas que exercem trabalho sexual. A subseção da CUT de Campinas também é nossa apoiadora. A sede da associação, inclusive, fica na subseção da CUT, onde é a nossa central de atendimento [no Centro de Campinas].

A CUT apoia porque entende a prostituta como uma classe de trabalhadores?

Sim, aqui na região tem 32 sindicatos e fazemos parte do coletivo de mulheres sindicalizadas da CUT e do coletivo de igualdade racial também.

O Jardim Itatinga é da década de 1960, mas a Associação foi criada somente em 2006. Nesse intervalo de tempo, como as prostitutas, que foram expulsas do Centro de Campinas, inclusive com violência policial, se organizaram e buscaram se mobilizar?

Nós já havíamos formado uma aliança com a [Rede Brasileira de Prostitutas](#), que foi criada na década de 1980 por duas prostitutas famosíssimas no Brasil, Gabriela Leite – a protagonista da nossa história – e Lourdes Barreto, que cheguei a conhecer. Então a gente já tinha essa proximidade. A Rede Brasileira nasceu para apoiar pequenos grupos de prostitutas autônomas que buscavam direitos trabalhistas. Já a Associação, que nasceu da luta das mulheres do Centro da cidade pelo direito de exercer o seu trabalho onde quiserem, firmou-se mesmo em 2008, depois que tivemos o di-

reito de ter um Estatuto em 2007. O Jardim Itatinga não foi criado por causa da violência no Centro da cidade. Na maioria das vezes sofremos violência não dos policiais, mas da sociedade que nos abomina.

Mas a tese de Diana Helene Ramos [Preta, Pobre e Puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga] relata um histórico de violência policial no Centro da cidade, até mesmo com técnicas de tortura.

Hoje eles usam artifícios para violentar o direito das profissionais. Por exemplo, se em um bar trabalham prostitutas, procuram saber se o bar tem alvará de funcionamento; se não tem, mandam fechar. Tem o bar em que as prostitutas ficam na praça catando cliente. Então [a estratégia é:] “Vamos fechar o bar porque aí elas não vão mais”. E quando fechar, ela vai passar a maior vergonha, porque terá de sair correndo pra rua pelada. Esse é o tipo de violência que sofre uma profissional do sexo.

O dono de um hotel pode ser enquadrado como atentado violento ao pudor e exploração sexual. Mas que atentado violento é esse, se estou dentro de um quarto fazendo o que quero e vou receber por isso? É diferente de eu estar na rua fazendo uma chupetinha que todos possam ver. Então, a Associação surgiu por conta disso. No Centro, elas não podem fazer programa nos hotéis, nos bares. É proibido.

Acontece que todos os anos em que há eleição tem uma utopia [promessa] de revitalizar o Centro da cidade. Aí querem tirar também o morador da rua. Ok, mas vai colocar o morador de rua onde? O governo vem com a proposta de tornar a cidade mais bonita, como se a gente estivesse dando má qualidade para o visual da cidade. A Associação defende esse direito. Se eu quero atender no Bar do Seu João, eu vou atender no Bar do Seu João. O Jardim Itatinga foi criado pra isso [receber as prostitutas que trabalham no Centro], mas não é porque foi criado que todas as profissionais deixaram o Centro. Elas continuam ali porque é ali que gostam de fazer seu trabalho e as pessoas não têm nada a ver com isso.

As que continuam no Centro em geral atendem nos motéis?

Os clientes passam e as levam para os motéis, o que é mais arriscado, você fica mais exposta do que se estiver em uma casa fechadinha. Porque não tem jeito, o cliente sempre vem. Não tem isso de “se há oferta, há procura”. Na prostituição é o contrário. Se você abrir uma casa lá dentro do mato e alguém disser que lá é ponto de prostituição, chove cliente.

Não tem como proibir?

Não tem como, a sociedade é muito complexa. Nós temos um projeto, chamado Gabriela Leite – já estou dando o nome de Lei Gabriela Leite para quando for aprovada –, de regulamentação do trabalho de prestação de serviço sexual. Para realizar meu trabalho, eu mereço ter uma proteção, uma dignidade, um espaço limpo, um espaço vigiado, para que eu não sofra nenhuma violência.

Em que pé está o projeto? A autoria é de quem?

É um projeto de lei, está no Congresso Nacional. A gente fala que a autoria é de Jean Wyllys (PSOL), porque ele está encampando, mas a autoria é da Rede [Brasileira de Prostitutas]. Pegou conteúdo das prostitutas do Brasil inteiro. Gabriela, junto com Jean Wyllys, encamparam. Ela foi candidata a deputada [federal] no Rio de Janeiro pelo Partido Verde e eles fizeram um acordo: quem se elegeu encampava o projeto dentro do Congresso para ser discutido ([leia mais sobre o PL em Ponto e Contraponto](#)).

Qual a receptividade desse PL e a chance de ser aprovado?

Três projetos anteriores não foram aprovados, e um deles era de Fernando Gabeira. Mas eu tenho certeza que esse PL será aprovado e será uma das nossas soluções. Muitas acham que não, por conta de todo esse pudor.

O projeto muda o Código Penal? Que direitos prevê?

A atividade em si não é crime, a questão é que não está regulamentada. O que o projeto prevê é a regulamentação, o que nos garante direitos na parte trabalhista, como adicional de insalubridade. Com o PL, poderemos até montar uma cooperativa de prestadores de serviço sexual, por que não? Hoje não se pode montar cooperativa, porém a profissão é regular. Então, que regulamentação é essa? Eu alugo uma casa e posso fazer ali quantos programas eu quiser. Mas não posso chamar amigas para dividir o espaço, porque aí já é enquadrado como exploração. Se todas tivessem essa clareza do quanto o PL é benéfico, todas as profissionais do mundo nos apoiariam.

E por que não existe essa clareza? A informação não chega para todas?

A informação até chega, mas de forma distorcida. Algumas acham que passaremos a ter carteira de trabalho, só que isso não está na lei! Para os opositores do PL, 50% do que ganharmos vai para o esta-

belecimento, mas isso não está escrito dessa forma. Está escrito que eu, profissional do sexo, só posso contribuir com até 50% para o local onde trabalho.

Na sua opinião, por que essas distorções e ruídos de comunicação acontecem? A Rede não está bem organizada para se comunicar com clareza?

Nós, profissionais do sexo, não temos muito tempo. Somos autônomas, ao contrário, por exemplo, de uma faxineira, que tem o serviço para fazer de tal a tal hora. Você percebeu que agora há pouco passou um cliente meu, né? (risos) Não temos muito tempo.

Não estão todas bem informadas?

A gente tem puta advogada, psicóloga, enfermeira, pedagoga, nós temos muitas putas bem informadas.

O que a senhora acha de trabalhar aqui no Jardim Itatinga, que tem essa história de ser um bairro apartado da cidade? O desejo seria trabalhar no Centro?

As meninas no Centro da cidade ficam na rua, os caras passam e as levam para qualquer lugar. Pode ser para um motel, pode ser para um matagal. Agente sabe das coisas horróricas que acontecem. Nisso, o PL poderia nos proteger, porque, atualmente, a polícia entende que a prostituta nunca é estuprada. Eles entendem que ela estava lá exposta. Se fizer um Boletim de Ocorrência, vão tirar sarro da cara dela. Então, por que eu gosto de trabalhar no Itatinga? Aqui, a gente fica nos portões das casas ou nas boates fechadas e sabe que vai ter um mínimo de segurança.

Então a senhora admite que é uma profissão perigosa, em se tratando dos clientes?

Não é perigosa, mas pode acontecer. Já aqui eu tenho uma comodidade, tenho segurança, aqui todo mundo se conhece, sabe o que acontece. No Centro, você pode mandar um beijo para um cara que é “putofóbico”, você não sabe, não conhece as pessoas. A Associação veio parar aqui no Itatinga porque a presidente é uma travesti aqui do bairro, a Denise Martins. Eu sou coordenadora-geral, sou uma espécie de vice.

A senhora disse que muitas exercem a profissão por escolha própria e não por falta de outras oportunidades. O que atrai as mulheres para essa profissão de prostituta? Diante de todos os riscos, de todo o preconceito, quais são as vantagens?

A profissão me deu estrutura, liberdade, me



deixou ser quem sou. Se eu tivesse escolhido ser uma dona de casa, eu teria escolhido ser uma mulher submissa, porque sou do Nordeste! Lá nós vivemos precariamente. Sou negra, tenho 43 anos, estou grisalha, não serei escolhida facilmente em uma entrevista, digamos, para recepcionista. A possibilidade de ganho de uma profissional do sexo é maior do que qualquer outro trabalho, gente, sinto muito em dizer isso. Tem nego que está trabalhando aí, que eu conheço, que não recebe há três meses! Eu tenho uma amiga que é enfermeira-padrão de hospital público que, quando dá o final do mês, vem me pedir dinheiro emprestado.

Vocês, prostitutas, enfrentam um limite de idade, assim como os atletas, as modelos? Quando se trabalha com o corpo, sofre-se mais com a idade.

Vocês acham que se sofre mais, mas vocês também trabalham com o corpo inteiro (*risos*).

Tem mercado para prostitutas com 60 anos, por exemplo?

Tem! Eu posso dizer que tenho mestrado e doutorado, porque tenho 25 anos de trabalho, meu amor. Você passa 6 anos estudando e já é doutora. Eu tenho 25, só não tenho a parte teórica, o diploma.

As “novinhas” são mais procuradas que as mais velhas?

Para a novinha, vêm cinco, seis clientes hoje. Para a mais velha, vêm cinco, seis clientes... todos os dias. É a mesma coisa de colocar um produto novo no mercado: tem grande procura no começo, mas depois vai se acostumando. As mais experientes têm uma clientela fixa. O cliente que passou viu que estou dando uma entrevista, foi embora, mas não vai deixar de fazer programa comigo porque eu não pude fazer hoje. As novinhas acham que a gente tem muitos clientes porque cobra mais barato, por causa da idade, mas nem é isso, porque estou aqui bela e maravilhosa, meu amor. E eu estou só debatendo. Olha a minha cútis.

Além da autonomia e da renda, quais são outros atrativos da profissão? Você se sente mais empoderada como mulher do que se fosse uma dona de casa ou uma faxineira?

Quando você me ligou hoje de manhã [para confirmar a entrevista], eu estava em Pirituba [bairro da Zona Norte de São Paulo]. Então a profissão me dá essa liberdade: tô saindo aqui e vou tomar cerveja com uma amiga lá em Pirituba. Outra profissio-

nal, ou uma dona de casa, ou uma pessoa casada, não teria essa liberdade. Eu tenho três filhas, nunca me uni a nenhum dos pais delas, mas elas foram registradas pelos pais, foram feitas por amor, não foi acidente de trabalho. O meu local de trabalho é o melhor que tem. Eu não fumo maconha, não cheiro, mas aqui é possível, cheirar, beber, fumar...

... e não ser demitida por justa causa! (*risos*)

É isso! Não tem que sair do serviço para dar uma fumadinha. Isso me dá segurança. Não que as outras mulheres não tenham essa liberdade. Qualquer mulher pode ter. Só que, quando a mulher começa a soltar as asinhas, é logo chamada de feminista ou sapatão. O que acontece é que nós, mulheres, 53% da população [votante] – não somos mais 51% –, ainda não acreditamos em nós mesmas. Olha aquele Congresso Nacional, todos aqueles que estão lá nasceram de quem, gente? Nasceram de uma mulher! É que nós ainda não entendemos que nós é que temos o poder. Nós temos o poder nas mãos, mas não usamos, porque achamos que não vamos dar conta.

Colocaram isso na cabeça da gente?

É, isso é cultural! É a mesma coisa do estigma da prostituição. Isso é o que me diferencia da outra colega, das outras mulheres. Por exemplo, eu estou varrendo minha casa. Se liga uma amiga, “Bê, vem aqui pra gente tomar uma cerveja”, fica a vassoura onde está e eu vou me divertir. Eu falei pra minha amiga: se você ganhar R\$ 5 mil por mês, 2.500 você guarda pro futuro, pros filhos. E se você torrar os outros 2.500, você foi feliz. Vai chorar por quê? Não tem que chorar, você se divertiu, tomou todos aqueles 2.500, deu pros outros, pronto! A gente tem que ser assim, não pode ficar se privando dos prazeres da vida.

E quanto à Igreja, que não usa a palavra “prostituta”, e sim “prostituída”, para indicar que é vítima de uma situação e sem poder sobre sua própria escolha?

O uso da palavra “prostituída” vem muito de uma linha da Igreja Católica, a Pastoral da Mulher, um grupo formado na maioria por beatas ou freiras. Respondem ao padre, ao bispo, e acham que as profissionais do sexo são mulheres prostituídas – falo isso com categoria, porque eu já fui da Pastoral da Mulher. Eu fiquei sete anos sem falar com as freiras, porque fui conhecer Gabriela Leite. Elas: “Ah, que horror, você mudou de lado!” Eu disse: “Não mudei, eu simplesmente reconheci a pessoa que sou, e vocês criaram cobra para te picar, porque, se eu

reconhecia minha capacidade, o meu trabalho, esse empoderamento eu aprendi a ter dentro da Pastoral”. Hoje a gente já se reaproximou. Mas, em 13 anos de Pastoral, eu não tive o reconhecimento que tive na Associação.

Qual é a posição da Pastoral em relação à prostituição?

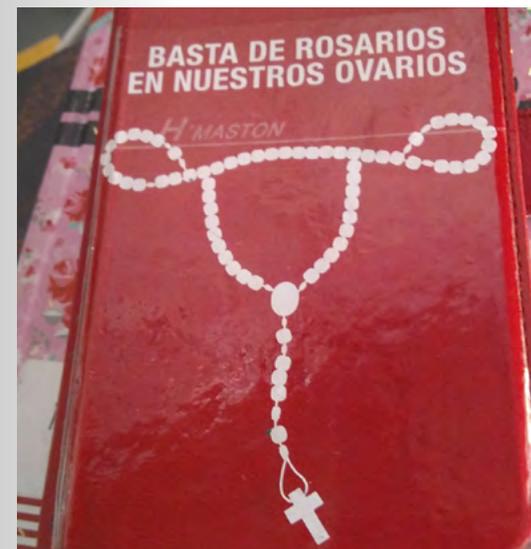
Eles acham que a gente está fazendo por necessidade, que a gente é submissa e que os homens pagam para utilizar o nosso corpo – embora a gente seja bissexual, não é só homem que nos procura, as mulheres também, porque somos muito mais finas (*risos*).

Como é hoje essa proporção homem/mulher em relação aos clientes? Está mudando?

Hoje a procura da mulher sozinha está aumentando. Antes a gente tinha procura de mulher, mas ela fazia parte de um casal. Aí eu vejo um empoderamento da mulher, de buscar sentir um tesão, ué. Só o homem pode sentir tesão e bater uma punheta? A mulher não pode bater uma siririca? Eu vou precisar ver um filme pornô pra sentir um tesão? Não!

Mas, voltando à Pastoral, a postura deles é abolicionista [contra a atividade da prostituição]?

Algumas pessoas no grupo, sim. Já outras são mais abertas, por exemplo, as Católicas por Decidir. Esse grupo nasceu de freiras e ex-freiras. São católicas e decidem que o corpo é delas. Olha essa imagem (*mostra a capinha de um de seus celulares*), isso aqui é um protesto de ex-freira: “Basta de rosários em nossos ovários”. Elas são totalmente feministas e não pregam a abolição.



Nós não usamos o poder, porque achamos que não vamos dar conta

Mas vem da religião essa história de a gente ser coitadinha, precisar de uma libertação. Só que eu estou aqui para ganhar o meu dinheiro. Se você não quiser me ver prostituindo, pague o salário que eu ganho aqui. A gente não quer cesta básica nem assistencialismo.

Claro que todo trabalho tem seus problemas, tem uso de drogas, assédio sexual, cansaço, estresse, depressão, todos os trabalhos têm. Quando eu digo que você usa todo o seu corpo para trabalhar, se você estiver menstruada, você vai para o seu trabalho, e daí que você está com cólica? Já a gente não, se a gente não quiser. “Ah, eu tô com uma cólica do peru, não vou não, vou ficar aqui deitada.”

E a parte afetiva, amorosa? Se você se apaixona por alguém, como concilia com o trabalho? Imagino que seja mais difícil casar sendo prostituta do que não sendo, certo?

Isso. Quando você escolhe um trabalho, tem de abrir mão de várias coisas na vida. O meu trabalho não me impediria de me casar, mas o companheiro ou a companheira teria de aceitar o meu trabalho. Quando eu assumo um relacionamento, eu aviso que não vou parar o meu trabalho.

Existe o desejo por parte da maioria da prostitutas de constituir família como qualquer outra profissão, e continuar trabalhando normalmente?

Eu falo por mim. Primeiro que, para constituir família, essa família não precisa ser extraída de você. Não sei se é carência, mas tenho isso muito claro, porque saí de casa muito nova. Eu chamo minha manicure de mamãe, porque ela é mais velha que eu. Diz a lenda que toda mulher quer um príncipe no cavalo branco, mas eu mesma nunca quis me casar. Em compensação, minha filha casou no fim do ano passado. Mas o meu trabalho eu não deixo, ele me deu toda essa estrutura. Desde os 23 anos eu não moro na zona, aos 32 anos, eu já tinha minhas três filhas, casa própria, carro quitado. Para nós, mulheres, é muito difícil conseguir um negócio desses lutando e trabalhando de sol a sol. [vz](#)

É da vida

Temas tabus como pornografia e prostituição sempre ficaram à margem dos debates da diversidade. Mas alguns movimentos feministas tentam mudar este cenário

POR MAGALI CABRAL ILUSTRAÇÕES DANJAZZIA

Para quem credite a onda de reacionarismo que ronda atualmente países do Velho e do Novo Mundo, entre eles *Terra Brasilis*, em grande parte à efervescência de movimentos sociais que empoderam minorias. À medida que esses grupos amplificam suas vozes na busca por direitos e igualdade, aguçam reações hiperconservadoras e intolerância. O feminismo, embora já conhecido de muitas gerações, é um desses movimentos que ganharam força e complexidade, a ponto de incomodar o *establishment* patriarcal, pois não se limita mais a lutar apenas por liberdade sexual, mercado de trabalho ou equidade profissional para uma maioria de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média.

O movimento abolicionista é uma corrente do feminismo que defende o fim da prostituição, pois considera a atividade uma forma de violência masculina contra as mulheres

Hoje o feminismo batalha por direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBT), de raça, de prostitutas, entre outros. “Creio que um grande despertar feminista está sendo produzido”, afirmou a filósofa e professora Marcia Tiburi em [entrevista ao Geledés, Instituto da Mulher Negra](#), por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Dentro desse universo, esta edição de PÁGINA22 optou por tratar dos vieses feministas da prostituição e da pornografia, temas ainda tabu e, portanto, “silenciosos”, inclusive no âmbito da sustentabilidade.

Quando a maranhense Betânia Souza, do alto de seu “salto 15” e munida de um empoderamento conquistado ao longo de anos de ativismo na Associação Mulheres Guerreiras, diz “sou prostituta com muito orgulho” [[mais na Entrevista](#)], além de estar expressando o seu gosto genuíno pelo exercício da profissão, ela também fortalece a luta de todas as profissionais do sexo contra o estigma histórico que pesa sobre a atividade.

É uma posição política, assim como a da transgênera Indianara Siqueira, que no ano passado se candidatou a vereadora no Rio de Janeiro pelo PSOL, ou a da gaúcha Monique Prada, ativista digital, que mantém o bem cuidado blog [Mundo Invisível](#), e é uma das idealizadoras do Puta Dei – uma versão brasileira do Dia Internacional das Prostitutas, comemorado no dia 2 de junho. Letizia Patriarca, antropóloga do Núcleo de Estudos de Marcadores Sociais da Diferença (Numas), da Universidade de São Paulo, explica que nem sempre as prostitutas se identificam de maneira tão explícita, mas quando o fazem é “para gerar determinados reconhecimentos, para obter políticas públicas, para mudar legislações e situações de opressão”.

O ativismo das profissionais do sexo no

Brasil nasceu de um encontro entre duas prostitutas históricas que curiosamente ocorreu dentro da Igreja Católica. Pesquisadora do Observatório da Prostituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Laura Murray, relata que, na década de 1980, a ex-aluna de Ciências Sociais da USP, fundadora da grife Daspu e autora do livro *Filha, Mãe, Avó e Puta* (Objetiva, 2008), Gabriela Leite, conheceu a paraibana, recém-chegada dos garimpos do Pará, Lourdes Barreto, hoje com 75 anos, em trabalhos na Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM).

Quando entenderam que a intenção da pastoral era tirá-las “da vida”, em vez de apoiá-las na busca por respeito às profissionais, se organizaram e, em 1987, fundaram a Rede Brasileira de Prostitutas. “Compreender a prostituição como uma escolha, uma opção por trabalho e prazer, e não como uma fatalidade, é um passo para acabar com o estigma”, resumiu Indianara Siqueira em um dos eventos Puta Dei. “A mulher é dona do seu corpo, e o que eu faço com o meu é meu direito.”

A Rede hoje é composta por mais de 30 entidades de classe e conta com reforços no meio acadêmico, de organizações nacionais, como a Central Única de Trabalhadoras Sexuais (ligada à CUT), e globais, como a Anistia Internacional. Apesar de estarem bem amparadas institucionalmente, ainda não conseguiram alcançar seus principais objetivos: descriminalizar a prostituição em casas comerciais e regulamentar a profissão.

A atividade “profissional do sexo” é reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e do Emprego, sob o código 5.198-05. No entanto, o artigo nº 229 do Código Penal proíbe “manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual,

haja ou não intuito de lucro, ou mediação direta do proprietário ou gerente”. Ou seja, trabalhar pode, mas desde que no recato do lar. Enquanto isso, no Congresso Nacional tramita o [Projeto de Lei Gabriela Leite](#), encampado pelo deputado federal Jean Wyllys, que regulamenta a profissão e altera o Código Penal.

Murray explica que a lei penal fala em “exploração sexual” sem definir a expressão: “Como não há consistência, fica a critério do policial ou do juiz decidir o destino das prostitutas. Quando a prefeitura é mais conservadora, assume uma postura repressora; quando é simpática às donas das casas de prostituição, deixa que trabalhem em paz”. Essa indefinição, segundo ela, facilita a corrupção e a extorsão. Além dos problemas com a lei e da indiferença por parte da sociedade, a pesquisadora lembra que as prostitutas têm agora uma preocupação adicional: a oposição de um grupo de feministas abolicionistas.

Essa é uma corrente do feminismo que defende o fim da prostituição, pois considera a atividade uma forma de violência masculina contra as mulheres. Assim, segundo a socióloga e membra do Comitê pela Abolição da Prostituição, Ticiane Labate, os países que desejam legalizar a prostituição passariam a mensagem de que sempre deve existir um contingente feminino disponível a quem os homens possam ter acesso. “Para a gente [abolicionistas], a exploração é inerente à profissão, por mais que muitas pessoas não reconheçam isso. As mulheres estão coletivamente submetidas à apropriação dos corpos delas como uma mercadoria dos homens. E não acredito nessa visão de que a qualquer hora elas possam sair”, afirma a também abolicionista Flávia Herédia, aluna do curso de Letras da USP.

Como as principais referências teóricas do movimento pela extinção da prostituição são europeias, o pensamento abolicionista parte do pressuposto de que há uma correlação direta entre o exercício e a regulamentação da profissão e o aumento do tráfico de pessoas no mercado internacional. Segundo Labate, os países que regulamentaram a prostituição mais recentemente – Holanda e Alemanha – registraram um aumento do tráfico de mulheres trazidas do Leste Europeu. “Para o Estado, elas aparentemente são autônomas, mas na verdade foram traficadas”, afirma.

De fato, o mercado internacional de tráfico humano no entorno do Velho Continente é assustador e não é de se estranhar a força do movimento abolicionista na Europa (países como Suécia, Noruega e Islândia, embora não proibam a prostituição, passaram a criminalizar os clientes). A economista italiana Loretta Napoleoni, em seu livro *Economia Bandida* (Difel, 2008), descreve o que acontece ao longo da Rodovia E-55 na fronteira tcheco-alemã, onde se encontra a maior concentração de prostitutas da Europa. “Mulheres oriundas do antigo bloco soviético ficam à beira da estrada oferecendo seus corpos a preço de banana.” De acordo com Napoleoni, muitas dessas pessoas que trabalham em zonas fronteiriças são escravas sexuais traficadas e compradas em mercados especializados, e não prostitutas por opção.

A psicóloga romena Iana Matei, que em 2010 foi nomeada European of the Year, pela *Reader’s Digest*, pela assistência que dá às vítimas de abuso sexual e tráfico humano, inicia seu livro *À venda – Minha Luta contra o Tráfico Sexual na Europa* (Best Seller, 2013) com um esclarecimento: “Não luto contra a prostituição voluntária, escolhida e assumida, e sim contra o tráfico de seres humanos”. Entretanto, ela confirma que a regulamentação do comércio sexual em países como Holanda e Alemanha não desestimulou uma prostituição invisível e ilegal praticada por pessoas traficadas e menores de idade.

Contrária à vertente feminista abolicionista, a antropóloga Letizia Patriarca não crê que a prostituição em si seja uma violência, mas acha importante ouvir o que o movimento opositor tem a dizer. “...não haverá uma única voz que seja capaz de representar todas que estão na prostituição. Há quem escolhe e há quem não pode escolher, então o que deve ser garantido é somente a possibilidade de escolher”, afirmou. Uma vez escolhido esse caminho, que se melhorem as condições gerais do trabalho, regulamentando-o. Acesse [aqui](#) as entrevistas com Patriarca e com as abolicionistas Labate e Herédia.

Os argumentos de Laura Murray são semelhantes aos de Patriarca. “Eu não digo que as pessoas têm de achar a prostituição a melhor coisa do mundo, mas temos que pensar em que tipo de mundo a gente quer viver. No fim

"Compreendo que é importante ter os grupos de afinidade, mas trabalhar a qualidade das relações de gênero significa envolver os homens nessa conversa", diz Reinaldo Bulgarelli

das contas, essa é uma questão moral, e a gente não pode usar o Código Penal para legislar sobre questões morais." Para a pesquisadora, violência é proibir que a mulheres façam o que quiserem com seus próprios corpos. "Muitas delas encontraram na prostituição a liberdade. Além disso, o casamento pode ser bem mais perigoso. A probabilidade de uma mulher ser espancada, agredida, assassinada por um parceiro íntimo é muito maior", complementa. Cabe lembrar aqui que o presidente russo Vladimir Putin aprovou uma lei recentemente em que autoriza maridos a esbofetarem suas esposas uma vez por ano.

PORNÔ A VAPOR

A questão moral e a liberdade de poder fazer o que quiser com o próprio corpo são temas próprios também do mundo da pornografia. Do ponto de vista feminino, os *scripts* criados para a pornografia *mainstream* são de um machismo tão grosseiro que inspiraram o psicólogo Frederico Mattos a redigir o divertido [Pornografia: o conto de fadas masculino](#), escrito para o blog *Papo de Homem*. "O desfecho mágico da pornografia – escreve ele – viria com o encontro de uma mulher dócil e subordinada que o deseje na medida de seus impulsos, nem mais (a ponto de ele não dar conta) e nem menos (que denuncie sua subordinação ao consentimento feminino)."

Como vivemos em um mundo moralista, qualquer assunto relacionado a prazer e sexualidade que extrapole a privacidade em quatro paredes costuma ser rotulado de pornografia. No entanto, para as feministas que escolheram trabalhar com temáticas sexuais, carregar esse rótulo não é problema. Ao contrário, é solução. Essa apropriação estimula a reflexão sobre o padrão patriarcal da indústria pornográfica *mainstream* e o que ela poderiavir

a ser se concebida em bases menos machistas.

Assim, vão nascendo os mais diversos modelos de ativismo pornô. O pornoterorismo defende a desconstrução da ideia de gênero desde a infância e vê o corpo como um território a ser descolonizado da representação patriarcal, eclesiástica e capitalista. O pós-pornô é manifestação artística/teatral que questiona a indústria pornográfica e as representações hegemônicas da sexualidade fazendo performances como a da americana [Annie Sprinkle](#), que introduz um espécule na vagina e convida o público a conhecer o colo de seu útero. O pornopop é uma tendência musical com alto conteúdo erótico ao estilo de Rihanna, Beyoncé, Justin Timberlake e Nicky Minaj.

Quando se adentra a web, as possibilidades pornô *mainstream* ou alternativo tornam-se infinitas. O blog *Ada*, que discute feminismo e tecnologia, afirma ter feito uma pesquisa anônima com 600 leitoras para entender a relação delas com a internet erótica e o resultado foi o seguinte: 34% responderam que consomem pornografia menos de uma vez por semana, 29%, uma vez por mês ou raramente e 25%, três vezes por semana – as demais não consomem nunca. Para facilitar a vida das "pornoconsumistas", o blog criou e postou um guia de [pornografia para mulheres](#).

A pesquisadora e designer de tecnologias digitais Rita Wu está montando uma plataforma inspirada na *thingiverse.com* – plataforma que desenvolve e compartilha designs em 3D com seus usuários –, com objetos pensados para estimular o próprio prazer. O *technoporn.org*, como vai chamar a plataforma em construção, está nascendo de um conceito diferente e feminista de pensar a pornografia. Segundo a *designer*,



esse seu projeto talvez nem existisse se, por exemplo, os grupos contrários à pornografia tivessem tido êxito na proibição dessa indústria. “Quando limita ou fala que não pode, você restringe outras possibilidades de se fazer melhor essa coisa”, observa.

Se a pornografia *mainstream* é feita por homens e para homens, muitas outras coisas também são. Rita Wu cita o exemplo da mobilidade urbana, que é do jeito que é porque é feita por homens e para outros homens. “A mulher, talvez por sua interação mais forte com os filhos, por cuidar dos pais ou avós, quando projeta qualquer coisa pensa mais nos outros.” Para ela, o problema vai muito mais além do que achar que a pornografia incita a violência de gênero e, portanto, tem de ser abolida. “A gente [mulher] precisa mudar muita coisa e ajudar umas às outras. Todas perdemos em uma não relação”, argumenta ela, referindo-se a proibições em geral.

A *designer* comemora o fato de muitas mulheres estarem produzindo pornografia hoje na linha do pós-pornô ou do pornô feminista. Isso é sinal de que as coisas podem mudar de fato, a começar pela forma como as pessoas fazem sexo. “Desde sempre tem sido do mesmo jeito”, afirma. O que a interessa não é só alterar a forma de visualização, mas introduzir novas tecnologias nas transas. Não necessariamente *sextoys*, mas, por exemplo, experiências com temperaturas ou movimentos diferentes. “Quando alguém fala ‘não pode’, corta a possibilidade de pensar outras formas de fazer diferente do *mainstream*.”

Na internet há exemplos que por si só endossam o que Rita Wu está dizendo. Nessa linha tecnológica, está fazendo sucesso na web o site [OMGYes](#) – principalmente depois que a atriz britânica Emma Thompson se tornou uma usuária –, que procura desmistificar o prazer feminino por meio de uma abordagem bem franca. O que o faz diferente, além de um tutorial *touchscreen* com imagens de uma vagina que responde aos estímulos da tela, é seu conteúdo explícito e educativo, incluindo vídeos feitos com voluntárias que demonstram como preferem ser tocadas, ou como fazem para prolongar seus orgasmos. O que reforça a tese de Wu é que o [OMGYes](#), utilizando praticamente o mesmo conteúdo dos vídeos pornográficos *on-line* que exibem a masturbação

feminina apenas para provocar excitação nos homens, subverteu o seu significado em prol do empoderamento e do prazer feminino.

COM O PÉ NO FREIO

À primeira vista parece que a diversidade de gênero vem ganhando terreno no mundo corporativo. Mas os números são implacáveis. Os dados da edição mais recente do [Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas](#), levantamento feito pelo Instituto Ethos, em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), “são desesperadores”, na avaliação de Reinaldo Bulgarelli, sócio-diretor da Txai Consultoria e Educação e coordenador da área de Sustentabilidade, Meio Ambiente e Terceiro Setor do Programa de Educação Continuada na FGV/SP. “Além de não serem bons, os números pararam de melhorar.”

Na opinião dele, um dos aspectos que poderiam ajudar a melhorar a diversidade são os movimentos feministas empresariais brasileiros dedicarem menos preocupação com os índices de gênero em cargos de liderança e mais com os índices da base. Se algumas executivas não conseguem chegar à presidência das empresas, muitas operárias também não conseguem ser promovidas a postos de comando. Isso pode ser um indicador de que o [quinto](#) Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas – de igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas – está com dificuldade de emplacar no Brasil, pelo menos no meio empresarial.

A razão pela qual questões de gênero podem estar “patinando”, de acordo com Bulgarelli, mora nas relações. Os homens deveriam estar incluídos nesse debate. “Eu compreendo que é importante ter os grupos de afinidade, mas trabalhar a qualidade das relações de gênero significa envolver os homens nessa conversa.” Essa participação poderia levar à criação de espaços práticos para os homens agirem na desconstrução do que Bulgarelli chama de MMM: “As nossas organizações são masculinas no número, masculinizadas nos rituais e masculinizantes na pressão que exercem”. Atravessar uma estrutura com processos feitos por homens e para homens contribui para que as mulheres



adotem posturas masculinizadas para chegar ao topo. E, uma vez lá, deixam de enxergar a importância da diversidade de gênero.

Se as relações de gênero estão um tanto travadas no mundo corporativo, o tema da prostituição e da pornografia, segundo o consultor, é um verdadeiro “campo minado”. Existem fundos de investimento em empresas classificadas segundo parâmetros de responsabilidade socioambiental que excluem automaticamente aquelas que possuem alguma relação com pornografia ou prostituição, assim como com tabaco, bebidas alcoólicas ou desmatamento ilegal. Por exemplo, um canal de televisão que exiba filmes com conteúdo de sexo explícito pode ser motivo para que a empresa de comunicação retransmissora não possa participar desse tipo de fundo de ações.

O conselheiro da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), Roberto Gonzalez, explica que, enquanto nos Estados Unidos o Índice Dow Jones de Sustentabilidade tem uma vertente que exclui alguns setores da economia – bebidas alcoólicas, tabaco, jogos de azar e pornografia –, aqui no Brasil a discussão se limitou basicamente a tabaco e bebidas alcoólicas, que são os segmentos que de fato têm empresas listadas em bolsa de valores. As empresas brasileiras que poderiam ter alguma restrição nesses quesitos têm o capital fechado.

A pergunta que as instituições do mercado de capitais fazem à empresa candidata a entrar em um fundo ou em um índice de sustentabilidade é se a produção dela é no-

civa à saúde humana. “Pornografia é nociva a saúde humana? Talvez não seja para os holandeses, e talvez seja para os americanos”, avalia Gonzalez. Essa resposta vai depender da cultura de cada nacionalidade. “Para os brasileiros, não sei”, prossegue. “Tem gente que lava prato nos Estados Unidos, mas não aceita fazer esse trabalho aqui.” De fato, é difícil analisar uma questão quando ela não está posta na prática.

No entanto, para Bulgarelli, as empresas deveriam aprofundar o debate sobre o que é pornografia e prostituição, independentemente de terem ou não capital aberto. É importante para conhecer os limites da legislação brasileira e fazer as escolhas no campo da ética, que sempre pode transcender a questão legal e exigir mais ou exigir diferente. Quando se faz silêncio sobre questões filosóficas como estas, o moralismo passa a dominar as decisões. E, neste caso, os mais prejudicados seriam as profissionais do sexo e o mundo LGBT, que concentram pessoas mais libertárias, que lidam muito melhor com questões sexuais.

Bulgarelli alerta que, se os gays e lésbicas já conseguiram se distanciar do campo da moral, as pessoas transgêneras e as profissionais do sexo ainda estão muito associadas à “sem-vergonhice”. Ele conclui que “seria muito mais fácil a gente ficar só na conversa higienizada do ‘sou gay, mas sou limpinho’. Mas, como todo mundo merece respeito, devemos aproveitar esses movimentos para trazer a complicação para dentro de casa”. ¹²²

Meu corpo, minhas regras?

POR CÍNTYA FEITOSA FOTO FIBONACCI BLUE / FLICKR CREATIVE COMMONS

Embora pareça pertencer à esfera privada, o corpo da mulher permeia as questões políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo

Por que em pleno século XXI debater o corpo feminino ainda é um tabu? Por que motivo se perpetua a desigualdade de gênero em todas as camadas da sociedade? Não há uma resposta única e quase ninguém se arrisca a dizer em que ponto da história ficou decidido que homens prevaleceriam sobre mulheres – nem quem decidiu. Mas hoje há um reconhecimento global da desigualdade, e a equidade de gênero é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O que se tem notícia é de que, pelo menos desde a Revolução Neolítica, também chamada de Revolução Agrícola, quando a humanidade deixou de ser nômade e passou a se fixar em territórios e também a produzir mais registros sobre nossas atividades, há prevalência do patriarcado – modelo de sociedade em que os homens lideram e predominam. Isso já faz mais ou menos 12,5 mil anos.

De acordo com o historiador Yuval Noah Harari, em seu *best-seller* mundial *Sapiens: Uma breve história da humanidade*, hierarquias sempre são fruto da imaginação humana, que levam a regras sociais para um bom convívio. Não há certezas sobre o que levou à ocupação de postos hierarquicamente mais altos pelos

homens. Porém, é fácil intuir que, no tempo em que ficou mais fácil se fixar em territórios e garantir as condições de sobrevivência, também houve aumento significativo da população. Além da gestação, os primeiros cuidados também dependem da mãe. Assim, a mulher se aparta da sociedade por um tempo, para cuidar de seus filhos – e alguém precisaria continuar provendo a família durante esse período. Portanto, historicamente, os espaços de decisão foram tomados por homens. Isso não quer dizer que eles são melhores políticos – apenas que ocupavam lugares negados às mulheres.

Essa é uma das explicações possíveis, mas não há resposta exata. E não justifica, por exemplo, os diversos relatos ao longo da história de exclusão da sociedade e até assassinato de crianças do sexo feminino ao nascer, tampouco explica o uso de força física de homens contra as mulheres, que é comum ainda hoje. “O debate sobre como a opressão começou é uma discussão antiga dentro do movimento feminista, mas só. Não havia um questionamento sobre isso antes”, diz a socióloga e doutoranda em educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Marília Moschkovich, ou Marília Moscou, como é conhecida. “Estudar a mulher sob a perspectiva



feminina é muito recente, também, a partir da entrada de mais mulheres nas universidades na Europa e nos Estados Unidos, o que só ocorreu em massa na década de 1960.”

Para se ter uma ideia, no Brasil, por exemplo, o Ensino Superior chegou junto com a família real portuguesa, em 1808. Mas a permissão para mulheres entrarem em universidades veio somente em 1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho. A primeira mulher a se graduar no Brasil foi Rita Lobato Velho Lopes, em 1887, que se formou em Medicina após defender a tese *A Operação Cesariana*.

A ocupação feminina na esfera política também é muito recente em todo o mundo.

Os primeiros registros de permissão de voto às mulheres são de 1893, na Nova Zelândia, e em 1906, na Finlândia. Mas foi só com o movimento sufragista da Inglaterra e dos Estados Unidos, que conquistou o direito ao voto após a Primeira Guerra Mundial, que a participação feminina ganhou força globalmente. Também durante a Primeira e a Segunda Guerra e no período Entreguerras é que as mulheres na Europa conquistaram espaços antes ocupados pelos homens, tanto pela participação efetiva de seus maridos, pais e irmãos nos exércitos quanto pelas crises econômicas do período, que exigiram mais força de trabalho.

Essa nova função social das mulheres, com

O que muda hoje é o questionamento: para quem e por quem a pornografia é feita

maior participação na política e no mercado de trabalho, também trouxe para o debate público a questão do corpo feminino. “Não é uma pauta nova. Tomando como referência a Europa, houve, por exemplo, uma mudança na forma como as mulheres se vestiam, inclusive impulsionada pelo movimento feminista”, diz Maria José Tonelli, doutora em Psicologia Social e professora titular no Departamento de Administração Geral e Recursos Humanos da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV Eaesp). “Supostamente, são assuntos separados, mas as esferas política, econômica, social e a forma de as pessoas se perceberem em sua individualidade estão articuladas entre si.”

Tonelli cita o papel da moda, e em especial da estilista francesa Coco Chanel, no questionamento ao padrão de vestuário imposto às mulheres. Chanel ficou conhecida por “masculinizar” os trajes femininos, criando terninhos e incluindo adereços como a gravata no guarda-roupa das mulheres.

A mudança no padrão do vestuário é ainda mais significativa a partir dos anos 1970, com mais mulheres no mercado de trabalho e com o fenômeno da globalização. “As mulheres pobres sempre trabalharam. Mas as mulheres das camadas médias começam a entrar nas empresas privadas para aumentar a renda doméstica e passam a ter a possibilidade de uma carreira que fosse diferente da ocupada pela secretária”, diz Tonelli. “E quando as mulheres começam a fazer carreira, lá pelos anos 1980, assumem um padrão bastante masculino.” Basta lembrar das ombreiras e blazers, na intenção de tirar o estigma de fragilidade do corpo feminino e de neutralizar as diferenças físicas entre homens e mulheres.

Atualmente, o padrão de vestuário mudou. Dependendo do segmento econômico em que se trabalha, os vestidos, saias e es-

tampas parecem ter sido liberados pelas normas, que não estão escritas, mas estão postas. No entanto, há que se tomar cuidado para não entender as mudanças no modo de vestir feminino apenas como liberdade, ressalta Tonelli. “Hoje, se a mulher assumir demais esse padrão de ‘roupa de trabalho’ também será um problema. Há uma exigência de que as mulheres sejam mais ‘femininas’”, diz. “Ou seja, elas têm de estar nas organizações, mas têm de se portar bem, ter um padrão de fala e aparência mais ‘feminina’”.

O CORPO É POLÊMICO

Para além das questões políticas e do mercado de trabalho, não é de hoje que o corpo feminino é tema de debate. Se voltarmos um pouco no tempo, perceberemos que o corpo humano sempre foi objeto de expressão artística. Porém, em um dado momento da história é perceptível uma exposição maior de corpos femininos do que de corpos masculinos na arte. O professor José Garcez Ghirardi, doutor em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês e professor da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, explica que o corpo humano, masculino e feminino, passou a ser mais polêmico no século XIX do que era nos séculos anteriores. “As pessoas estavam vivendo mais próximas, em cidades, por isso era preciso criar regras de etiqueta muito mais rígidas para que elas não se tocassem”, diz. “O espaço autorizado para a nudez em público era a arte.”

Porém, em meados do século XIX, alguns críticos passaram a considerar que os artistas estavam usando essa licença não por uma questão estética, mas, sobretudo, erótica. Os critérios não são muito claros, pois se valem da análise sobre a intenção do artista. Para apresentar quão complexo é fazer um juízo de valor sobre a arte ou sobre qualquer outro tema que gere divergência de interpretação, Garcez realiza com seus alunos a atividade [The Naked and the Nude](#), em que a ideia é avaliar o sentido da presença do nu em obras de arte. “Isso deixa imediatamente claro que nós olhamos o mesmo fato e compreendemos de maneira diferente, e nenhum de nós está tendo uma resposta irracional”, diz. “O objetivo é entender que são formas de leitura, e não o certo ou o errado.”

CLIQUE AQUI PARA O QUIZ NAKED OR NUDE?

Foi com base em uma tentativa de imposição do que era o certo e o errado de acordo com os códigos morais e religiosos que o mundo viu o surgimento da pornografia. “Sempre houve representação do sexo. Mas a denominação como pornografia ocorre quando os textos deixam de ser voltados para a sátira, acompanhados pela popularização do livro a partir do barateamento do papel e simplificação da impressão”, explica Erika Cardoso, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e bolsista da Capes. Ela diz que os livros não circulavam livremente, mas sua existência não era um segredo e só podiam ser lidos por homens da aristocracia: ricos e brancos. “A possibilidade de acesso das chamadas classes → **perigosas** – basicamente mulheres, pobres e jovens – a esse material gera a necessidade de regulamentação, juntamente com a questão da regulamentação da prostituição.”

O termo pornografia é um neologismo grego que vem da junção das palavras *por-nos* (prostitutas) e *grapho* (gravar, escrever), portanto seriam “escritos sobre prostitutas”. Antes de ser acessível por um número maior de pessoas, os textos eram categorizados como literatura libertina. O uso de gravuras tornou-os ainda mais “perigosos”, uma vez que imagens são inteligíveis também aos analfabetos, que compunham grande parte da sociedade até os séculos XIX e XX.

Erika Cardoso, que estuda história da pornografia, narra a dificuldade de ter acesso aos registros, já que a pornografia corria na clandestinidade. Porém, com os registros existentes, é possível perceber um roteiro comum: geralmente eram narrativas em primeira pessoa, por uma mulher, que lembrava ou descrevia seu comportamento sexual, às vezes na intenção de ensinar a uma mulher mais jovem. “Não dá para pensar em emancipação feminina num cenário em que as mulheres não tinham nenhuma participação política na sociedade, mas os textos falam sobre mulheres que, dentro desse contexto, estavam rompendo com expectativas de gênero a partir do sexo, porque não queriam se casar ou não queriam engravidar.”

No Brasil, os chamados “jornais alegres”

veiculavam piadas, crônicas e gravuras com teor sexual. A primeira revista desse tipo publicada no Rio de Janeiro data de meados do século XIX e era editada em francês. Já no fim do século surgem outras publicações, e a mais famosa é [O Rio Nu](#), lançada em 1898. Também eram narradas histórias sobre mulheres. Mas que mulheres?

“É possível analisar diversos vieses, como raça, classe social, padrão estético”, diz Erika Cardoso. “Um fetiche recorrente é de patrão e empregada. Aqui no Brasil, no início do século XX, a escravidão acabara de ser abolida e estavam chegando as primeiras ondas de europeus. As empregadas retratadas são brancas, de cabelo liso, ou seja, europeias.” As mulheres negras, em geral, eram representadas de maneira muito pejorativa. “Geralmente o homem representado recorrendo a essa mulher era um pobre coitado, que não tinha dinheiro para pagar por uma ‘mulher melhor’”. Também ficava explícito o preconceito contra mulheres mais velhas e mulheres gordas ([mais sobre a condição das mulheres negras nesta reportagem](#)).

“Nos anos 1950 começam as representações da mulher negra e mestiça invariavelmente pobre e objeto de desejo. Nada além disso”, relata Cardoso. Como exemplo, ela cita os gibis adultos de Carlos Zéfiro, que circularam nas bancas de jornal entre os anos 50 e 70. É comum encontrar relatos de sexo sem consentimento e uma representação de empregadas negras e pobres experimentadas sexualmente e subservientes aos seus padrões no sexo. As mulheres brancas são em geral ricas, virgens e disputadas, à espera do casamento. “Ainda hoje [a pornografia] tem um *script* da fantasia sexual, do trabalho, da virgindade. O que vem mudando é o questionamento: para quem e por quem está sendo feita essa pornografia?”

A historiadora ressalta que só muito recentemente a mulher foi entendida como potencial consumidora, dando origem a movimentos como o pós-pornô e o pornoterrorismo ([mais na reportagem de capa](#)). “Ainda há muita divisão mesmo dentro do movimento feminista sobre a pornografia, com um segmento que prega a abolição da pornografia, porque a compreende apenas como forma de exploração”, diz a pesquisadora. “Mas talvez a

Na segunda metade do século XIX, a ideia de desvio racial se fazia empregar no policiamento vigilante daquelas que eram consideradas classes perigosas, ou seja, “a classe trabalhadora militante, os irlandeses, os judeus, as feministas, os gays e as lésbicas, as prostitutas, os criminosos, os alcoólatras e os loucos”. Mais [aqui](#)

questão seja que uma sociedade machista demanda e produz uma pornografia machista.”

E A TAL OBJETIFICAÇÃO?

No hype do feminismo – em que cada vez mais é comum definir-se como feminista e ter acesso a informações sobre gênero –, possibilitado pela comunicação digital que levou o tema ao *mainstream*, movimentos como a Marcha das Vadias levantam como palavra de ordem “Meu corpo, minhas regras”. E o lema é usado desde temas como aborto, humanização do parto e violência contra a mulher até assédio, cantadas na rua e a exposição do corpo feminino na publicidade e no Carnaval.

Sobre essas duas últimas questões, há um inflamado debate sobre a objetificação do corpo feminino. Em 2017, depois de muitos anos, a famosa vinheta da Rede Globo que marca a chegada do Carnaval trocou a exposição de uma mulher negra dançando nua com pinturas no corpo por um grupo de pessoas, mulheres e homens, usando fantasias.

O professor José Garcez explica que, durante muito tempo, a repressão no campo da sexualidade foi vista como indício de repressão política e moral mais ampla. Portanto, a expressão da sexualidade, a exposição do corpo e a adoção de práticas sexuais não chanceladas pelo padrão vigente são consideradas como algo profundamente libertador. Há muitos anos, quando as pessoas talvez ficassem com vergonha de andar de biquíni, uma mulher sair nua na avenida tinha um lado de subversão, de poder fazer isso como forma de libertação.

“Em um espaço de relativa liberação sexual, começa a haver um questionamento de outra natureza: se essa sexualidade não está na verdade sendo capturada por uma sociedade de consumo que transforma em objeto de troca e consumo todas as dimensões da vida humana, inclusive o corpo”, analisa Garcez. “É dentro desse quadro que começamos a ter as pessoas menos descobertas nos desfiles de Carnaval.”

Maria José Tonelli relembra o episódio em que a atriz Leila Diniz, símbolo da liberação feminina no País na década de 60, escandalizou a opinião pública ao aparecer de biquíni na praia exibindo uma barriga de

gravidez de muitos meses. “O corpo da mulher grávida ainda hoje é um incômodo. No ambiente de trabalho, que deveria ser de racionalidade, uma mulher grávida expõe que houve uma relação sexual, que gerou uma gravidez e ainda assim consegue exercer seu trabalho”, reflete.

“O corpo é algo muito concreto, está orientado pela nossa cultura e ao mesmo tempo também molda a nossa cultura e diz muito sobre nossa estrutura de poder”, diz Marília Moscou, da Unicamp. Valendo-se da Antropologia e da História, ela lembra que toda sociedade tem um sistema de parentesco que, mais que as relações familiares, estabelece relações de direitos de umas pessoas sobre as outras. “Essa forma de organizar o poder na sociedade trata alguns como mais ou menos humanos que outros”, diz. “Quando falamos que as mulheres não têm direito ao próprio corpo, falamos sobre estupro, sobre aborto, sobre uma condição menos humana de vida para mulheres.” Não podem ser excluídos também outros recortes nessa análise, como classe social e cor da pele, que tornam alguns grupos ainda mais vulneráveis e menos donos de seus corpos.

Marília Moscou ressalta que hoje o movimento feminista é *mainstream*, mas é mais individualizado e descolado de outros grandes projetos de sociedade, que envolvem coletivos, partidos políticos e organizações. Ela avalia que há um risco de despolitização do movimento, o que pode enfraquecê-lo. Como exemplo, a socióloga cita retrocessos em leis sobre aborto e violência doméstica pelo mundo – caso da Rússia, onde recentemente a violência contra a mulher teve a pena abrandada e foi descriminalizada. “O corpo é o grande terreno de batalha dentro do feminismo e do feminismo com a sociedade.”

A professora da FGV Maria José Tonelli alerta para o fato de que as políticas, nem sempre escritas, mas ditadas por condutas sociais, sempre podem mudar. “Com as novas mídias as pessoas se comunicam mais e pode ser que isso nos ajude. Mas às vezes ficamos muito presos no momento e perdemos a perspectiva histórica”, diz. “Não podemos achar que estamos numa etapa em que retrocessos nesse campo não possam acontecer.”



Amazônia, quando será a vez da Mulher?

No território do machismo, fortalecer os movimentos de mulheres pode revolucionar a educação, a segurança, a alimentação, a democracia e a participação do jovem e da criança

A palavra Amazônia, derivada de “amazona”, “mulher guerreira”, de origem grega, deveria significar “o lugar da Mulher”, mas é o território do machismo. Muitos discursam sobre sustentabilidade, mas desconsideram que é imperativo o equilíbrio entre homens e mulheres em tudo.

No comando da economia da Amazônia brasileira, o domínio é dos homens. Até mesmo setores que se apresentam como modernos – palma (dendê), silvicultura e mineração – estão longe do razoável equilíbrio entre mulheres e homens. Setores tradicionais, motores da destruição ambiental e injustiça social, são campeões da violência e do machismo – em destaque, a pecuária, o setor madeireiro e o garimpo.

As representações empresariais e sindicais, em boa parte, são compreendidas como cargos vitalícios e meios de vida, verdadeiros Clubes do Bolinha. Ao mesmo tempo, a Mulher exerce papel relevante na força de trabalho, e muitas vezes nem sequer é remunerada. Há um processo sistemático de invisibilidade que encobre seu envolvimento em atividades culturalmente instituídas (pelos homens) como masculinas.

A Mulher sofre com a invisibilidade na política. Se a participação feminina no nível federal é limitada (o País ocupa o lugar de número 154 entre os 190 do ranking mundial da União Interparlamentar, com 10,7% de mulheres na Câmara dos Deputados e 14,8% no Senado), o isolamento geográfico, a falta de informação, a distribuição desigual de poder e renda e a persistência estrutural do machismo tornam a representação na Amazônia ainda mais difícil.

A situação torna-se ainda mais desafiadora para ribeirinhas, trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. A elas negam-se sistematicamente voz e inserção em projetos socioeconômicos. São preteridas tanto nas discussões locais como naquelas sobre as políticas públi-

cas. Não é de admirar a baixa prioridade para a agenda de combate a fatores de opressão e submissão das mulheres, a desvalorização de seu papel produtivo, a remuneração desigual e o ônus com a dupla jornada de trabalho (externo e doméstico), resultando em índices altíssimos de maternidade precoce, doenças sexualmente transmissíveis, abortos ilegais e inseguros, evasão escolar, abandono de famílias por parte do pai, violência doméstica etc.



As grandes obras têm entre suas vítimas principais a Mulher – é ela quem sofre as consequências dos enormes e “selvagens” contingentes masculinos. Mesmo um município que se propala modelo da sustentabilidade, como Paragominas (PA), foi considerado o pior do Brasil para a Mulher. Em 2010, a taxa de feminicídio foi de 24,7 em 100 mil mulheres, enquanto a nacional era cinco vezes menor, de 4,6 (*Mapa da Violência*, 2012, pág. 14).

Nesse cenário nascem lugares de ressignificação e resistência, como o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), pequena organização local da Ilha de Cotijuba, no Pará, que atua há mais de 15 anos, de forma democrática e participativa, em diversas frentes. Essas mulheres se juntaram para ter voz, espaço e maior controle sobre as decisões que impactam suas vidas.

Nos últimos anos, a organização avançou em iniciativas de geração de renda local, ao oferecer oportunidades para a inclusão digital, o fortalecimento da cultura e a organização social, visando sempre maior participação feminina em processos de tomada de decisão, treino profissional e emancipação econômica. Há homens no grupo, mas somente elas ocupam cargos de gestão. Com tal iniciativa, relatam que já sentem redução do machismo sofrido em suas casas e maior diálogo com os parceiros – algo significativo, dado que alguns deles barravam a participação das esposas no Movimento.

Apesar das dificuldades, essas mulheres se reconhecem como agentes de direitos e enfrentam a lógica opressiva do patriarcado, apropriando-se de conhecimento técnico, capital político e social, e fazendo-se ouvir.

Mais que conquistas materiais, a voz dessas mulheres traz novas agendas. Em um projeto proposto pela Philips – Ilumine seu Jogo – às ONGs Ideias e Instituto Peabiru, oferecendo iluminação solar a espaços públicos, o MMIB decidiu, com imensa generosidade, compartilhar o conjunto de postes iluminados em um espaço eminentemente masculino – o campinho de um dos times de futebol local, o Grêmio. O Movimento propôs que seria muito importante oferecer local para a terceira idade praticar *tai chi chuan* à noite, abraçando as diferentes questões de gênero, em prol de relações mais equilibradas.

Movimentos como este nos permitem compreender que só haverá sustentabilidade na Amazônia quando a Mulher for incluída na conversa em pé de igualdade. A melhor maneira para essa inclusão ser definitiva, justa e ocorrer de baixo para cima é fortalecer os movimentos de mulheres. Estes podem revolucionar a educação, a segurança, a alimentação, a democracia, a participação do jovem e da criança, ou seja, as questões essenciais da vida, que a Mulher toma para si.

Mulheres (in)visíveis

POR FERNANDA MACEDO FOTO PEXEL / CREATIVE COMMONS

Por sofrer duplo preconceito, a negra é merecedora de atenções especiais no movimento feminista

O sociólogo Michael Kimmel, em um [vídeo no TED](#), lembra o momento em que uma grande ficha lhe caiu. Em um grupo de estudos, durante uma conversa sobre feminismo entre duas mulheres, uma branca e outra negra, a primeira afirmava que todas possuíam um tipo de solidariedade, devido ao regime patriarcal. Mas a negra discordou e lançou uma pergunta: “Quando você acorda e se olha no espelho, o que você vê?” A branca disse: “Vejo uma mulher”. A outra respondeu: “Quando eu acordo e olho no espelho, eu vejo uma mulher negra. Para mim, raça é visível. Mas, para você, é invisível”.

A falta de um olhar racial sobre o movimento feminista tem invisibilizado as mulheres negras e suas lutas, vítimas de uma combinação de opressões em razão de questões de raça, classe e outras formas de discriminação, segundo a filósofa e ativista Angela Davis. Em seu livro *Mulheres, Raça e Classe*, de 1981, recentemente lançado em português pela Boitempo Editorial, Davis denuncia o racismo existente no movimento feminista. Judith Butler, também filósofa, ressalta que o discurso universal é excludente e que é preciso levar em conta as especificidades das mulheres.

Fã de Davis e de Butler, a filósofa política Djamila Ribeiro, em uma [entrevista a PÁGINA22](#), afirmou que “o racismo cria uma hierarquia de gêneros, colocando a mulher negra em uma situação muito maior de vulnerabilidade social”. Ribeiro, que se tornou uma voz ativa no debate atual sobre mulheres negras, inclusive nas redes

sociais, chega a dizer que as [feministas brancas tratam a questão racial como birra e disputa](#).

Enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, a luta das negras era bastante diferente. “As mulheres de África foram sequestradas e trazidas para o Brasil já para atuar em trabalhos pesados”, lembra Maria Sylvia Oliveira, sócia efetiva e presidenta do Geledés – Instituto da Mulher Negra. Sem nenhuma distinção de gênero, as escravas trabalhavam tanto quanto os homens. “Quando as brancas começam a reivindicar o direito a trabalhar e a igualdade de condições com os homens, as negras em grande maioria já estavam trabalhando, desde a abolição, inclusive para as brancas. Elas partem de uma outra agenda...”, comenta Oliveira.

Nos Estados Unidos, na década 1970, as negras já começavam a denunciar a sua invisibilidade dentro do movimento feminista. Levou cerca de dez anos para essa pauta chegar ao debate brasileiro e começar uma luta real que considerasse não apenas gênero, mas também a raça entre as feministas.

Por outro lado, o movimento negro, orientado majoritariamente por homens, também não se mostrava capaz de entender o papel da mulher e acreditava que, se a situação do racismo fosse resolvida, as causas das mulheres também seriam. Foi Lélia Gonzalez, uma das precursoras do feminismo negro no Brasil e cofundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, quem começou a falar sobre o machismo no movimento racial no Brasil. “Na década de 1980, as mulheres negras começam a se organizar para



que suas reivindicações fossem colocadas e, em 1998, criamos o Instituto Geledés, que nasce a partir dessa trajetória histórica”, lembra Oliveira ao falar da origem do instituto.

“EU NÃO SOU MULHER?”

O começo do movimento feminista lutava contra a ideia de que a mulher devia ser apartada do restante da sociedade, com o objetivo de garantir a função de parir e proteger a espécie. Mas, enquanto as brancas eram superprotegidas, as negras eram tratadas como iguais aos homens. Durante a escravidão, seus filhos eram vendidos, trabalhavam a mesma carga horária que os homens, comiam a mesma coisa e, ao contrário do sexo oposto, eram frequentemente vítimas de estupro pelo senhor, cuja mulher branca estava no resguardo.

Em sua [tese de doutorado](#), Diana Helene Ramos ressalta que, após a abolição, as ex-escravas, lavadeiras, empregadas, serviçais e outras trabalhadoras enfrentavam o “estigma de puta”, pelo simples motivo de circularem fora do âmbito privado das casas. Com isso, enquanto a sexualidade da senhora branca estava restrita aos círculos familiares para fins de procriação, a mulher negra carregava a imagem da escrava submetida ao uso sexual dos senhores, fora da vida familiar.

Por isso, as mulheres negras da época chegavam a questionar-se: “Eu não sou mulher?” Essa provocação de Sojourner Truth, ex-escrava que se tornou oradora, marcou seu discurso na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, em 1851. A mulher negra era agricultora, fazia o trabalho pesado, assim

como os homens, carregava peso e também ajudava a mulher branca a subir na carruagem.

E esse olhar sobre as mulheres negras persiste até os dias de hoje. Day Rodrigues, diretora do documentário *Mulheres Negras: Projetos de Mundo*, diz que “nós [mulheres negras] precisamos arcar com o peso do racismo e machismo e habitar uma pele estereotipada, como a preta que é jogada ao trabalho doméstico, e das ditas ‘pardas’ para o sexo”.

“A carne mais barata do mercado é a carne negra e, principalmente, da mulher negra. Seu corpo é vendido como produto de exportação. Mulata, gostosa... E é ainda mais objetificado no Carnaval”, lamenta Oliveira, que aponta também a mídia como uma força de reprodução e disseminação de estereótipos relacionados à hipersexualização.

MAIOR VIOLÊNCIA

Uma em cada três mulheres é vítima de violência no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Embora no imaginário das pessoas a violência só ocorra quando uma mulher é agredida fisicamente, há outras sutilezas. Uma mulher pode ser agredida física, sexual, moral e psicologicamente.

Muitas vezes mascarada por ciúmes, controle, humilhações e ofensas, a violência psicológica é pouco falada. “Os dados do Ligue 180 trazem um índice pequeno de denúncias de violência psicológica, mas esse número está sub-representado”, acredita Oliveira, que diz que este é o tipo de violência mais comum contra a mulher negra.

No Brasil, a violência contra a população negra é bem maior do que contra a branca. Morrem 2,6 vezes mais negros que brancos, por arma de fogo, segundo dados do Mapa da Violência 2016. Mas a situação das mulheres negras é ainda mais vulnerável. A violência contra elas, que pode chegar a não se concretizar como homicídio, cresceu cerca de 190% entre 2003 e 2013. Nesta mesma década, enquanto o número de assassinatos de mulheres brancas diminuiu em 10%, esse indicador subiu para 54% entre as negras, segundo o [Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil](#), realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), a pedido da ONU Mulheres.

Os vários tipos de violência contra a mulher podem ser denunciados à [Central de](#)

[Atendimento à Mulher em Situação de Violência - Ligue 180](#), canal que recebe denúncias como cárcere privado, assédio sexual ou tráfico de pessoas. Ele funciona durante 24 horas e pode ser acionado de qualquer lugar do Brasil e de alguns outros países. Criado em 2005, este disque-denúncia é oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, tem amparo da Lei Maria da Penha, e fornece uma base de dados de apoio à formulação das políticas para o governo nessa área.

A Lei Maria da Penha foi um passo importante na luta das mulheres, mas seus resultados não foram tão positivos para as negras quanto para as brancas, como mostram os alarmantes números de feminicídio. Esse termo está previsto na [legislação](#) e pode ser descrito como o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher, ou seja, quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

CUIDADO COM OUTROS ESTEREÓTIPOS

Além de lutar contra a hipersexualização e a violência contra a mulher negra, o feminismo negro tem ainda de enfrentar outros estereótipos. Nos filmes e séries é muito comum ver personagens femininas mal desenvolvidas, criadas apenas para dar apoio ao papel protagonista dos homens nas histórias.

O Teste de Bechdel busca identificar em obras de ficção a falta de representatividade feminina na literatura, teatro ou cinema. Muitos filmes clássicos, por exemplo, não passam nesse teste, como *Um Corpo que Cai*, *Blade Runner*, *Forrest Gump* e também filmes com mulheres protagonistas como *Gilda* ou *Quem Tem Medo de Virginia Woolf*.

Mas, quando a personagem é negra, há ainda outros agravantes. Uma [paródia](#) promovida pelo *SourceFed* sobre a construção de personagens femininas precárias mostra um padrão de personagem, geralmente, negra e gorda que é frequentemente colocada como o alívio cômico da história e como uma espécie de “cota de minorias” nos filmes.

Algumas diretoras negras no Brasil começam a contar suas histórias, cheias dos mais diversos conflitos, sobre o que é ser uma mulher negra nessa sociedade. Yasmin Thayná, nascida em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, é diretora e roteirista do

Dos estudantes do Ensino Fundamental, 47% acreditam que a culpa da violência contra a mulher é da mulher

filme [KBELA](#), uma experiência cinematográfica sobre a opressão que sofrem as mulheres negras que as faz anular suas características para estar perto de um padrão, como o uso absurdo de químicos para alisar os cabelos.

O curta [Cores e Botas](#), de Juliana Vicente, retrata o sonho de uma menina negra no fim dos anos 1980 e início dos 1990 que quer ser paqueta da Xuxa, mas tem seu desejo frustrado pelo padrão de meninas brancas e loiras do programa de televisão. “Nesta época, a gente não tinha nenhuma referência negra na TV e o programa da Xuxa foi um ícone disso”, lembra Vicente. *Cores e Botas* foi lançado em 2010 e fala de uma época de 20 anos atrás, mas Vicente lamenta o fato de ele ainda ser considerado um filme atual. “A situação do negro brasileiro continua igual.”

Em meio a tantos rótulos, a mulher negra quer apenas ter liberdade para representar o que ela quiser. Uma crítica feita aos movimentos feministas negros é que só um aspecto costuma ser retratado, que é a questão da hipersexualização.

Sob a bandeira da luta contra essa hipersexualização, há o perigo de reforçar outro estereótipo racista e sexista: a da negra que precisa ser policiada e controlada pela sociedade (geralmente através da polícia) “para seu próprio bem”, comentam Ana Paula da Silva e Thaddeus Gregory Blanchette, em um [artigo ao blog O Mangue](#).

“A sexualidade das jovens negras está sendo cada vez mais colocada sob uma ótica disciplinar e repressora em nome do ‘combate a exploração sexual’. Enquanto isto, quando a filha adolescente branca da Xuxa começou um namoro com um ator adulto, não houve nenhuma discussão sobre se isso constituía ‘exploração sexual’: sendo jovem e branca, você tem o direito de desenvolver sua sexualidade do jeito que quiser, desde que não machuque ninguém e não viole a lei. Sendo negra...”, escrevem Silva e Blanchette, ao de-

fender que nenhuma pessoa deve ser obrigada a rejeitar a sexualidade em sua vida.

As constantes articulações políticas das feministas negras, as redes sociais e as mídias independentes têm viabilizado um maior alcance desse debate. O movimento produz muito conhecimento e tem conseguido penetrar nas faixas mais jovens conectadas ao mundo digital. O [blogueirasnegras.org](#) é um exemplo disso. Uma comunidade online com mais de 1.300 mulheres produzindo conteúdo para o blog, que nasceu em 8 de março de 2012, Dia Internacional da Mulher, por iniciativa de um grupo de blogueiras negras a fim de amplificar suas vozes.

Mas é preciso também trabalhar a cultura da sociedade como um todo. Regiane Soares, ativista do feminismo negro, explica nas [redes sociais](#) por que transformar padrões nocivos da sociedade só é possível a partir de uma mudança nas escolas. “Dos estudantes do Ensino Fundamental, 47% acreditam que a culpa da violência contra mulher é da mulher”, comenta Soares, que afirma que a escola é o primeiro contato de convivência com o diferente.

Acontece que o sistema educacional não facilita a comunicação dessas causas. Essa recusa em reconhecer as contribuições de autores negros ou até mesmo da história da África é chamada de epistemicídio. “As escolas não contam a verdadeira história do Brasil. Até hoje o movimento briga para que a Lei nº 10.639 [que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira] seja implementada”, diz Oliveira.

E essa luta vai se tornar ainda mais difícil. Com a recente aprovação da lei da reforma do Ensino Médio, as aulas de história deixam de ser obrigatórias. Oliveira conclui que “as consequências [da reforma] são nefastas. Quem mais vai perder são os pobres, que são em maioria negros. O governo está tirando a possibilidade de uma parcela da população aprender a pensar e alijando essa parte da sociedade de pensar o Brasil”. [■](#)

Prostituição: regulamentar ou proibir?

POR AMÁLIA SAFATLE E MAGALI CABRAL

A atividade da prostituição deveria ser regulamentada, de modo a garantir uma prática segura que respeite direitos trabalhistas? Ou abolida, para evitar que as mulheres e outras minorias sejam vítimas de um sistema patriarcal que as explora? O feminismo deve ser contra ou a favor da prostituição? Os argumentos de um lado e de outro despertam muita polêmica. PÁGINA22 ouviu duas opiniões divergentes, leia nas entrevistas a seguir.

ABI/CREATIVE COMMONS





Para a antropóloga **Letizia Patriarca**, no que se refere à prostituição, existem as pessoas que de alguma forma escolhem exercer a atividade e as que praticamente não têm escolha por contingências socioeconômicas – como as travestis, que dificilmente são aceitas em outros empregos.

Portanto, “o que deve ser garantido é somente a possibilidade de escolher”, defende a estudiosa, nesta entrevista concedida por email. Segundo ela, essa possibilidade de escolha se dá melhorando tanto as condições de trabalho geral, quanto as condições do trabalho da prostituição por meio de sua regulamentação.

Como a senhora vê o movimento pela regulamentação da prostituição no Brasil? Como tem evoluído e quais são os fatores que têm determinado essa evolução, como participação da sociedade civil e

fortalecimento do feminismo no Brasil?

Cabe pontuar que eu não faço programas, venho trabalhando desde 2012, através da Antropologia, junto à militância por direitos para profissionais do sexo. Devido a contatos em um bairro de prostituição de Campinas – Jardim Itatinga – e à proximidade com a Associação Mulheres Guerreiras de lá, comecei a ouvir as falas de mulheres cisgênero (pessoas que vivenciam seu gênero igual ao sexo que lhes foi atribuído em seu nascimento) e travestis em suas reivindicações como profissionais do sexo (*mais sobre a Associação e o Jardim Itatinga na Entrevista*). Saliento isso porque a movimentação na prostituição também conta com ativistas que encampam a causa e não são profissionais do sexo.

Ressalto aqui a importância de antropólogas/os que se aproximam, estudam e militam com as prostitutas, profissionais do sexo, trabalhadoras sexuais, putas, garotas de programa. Essas variações de como se identificam se devem também às discussões

Letizia Patriarca fez mestrado em Antropologia Social, com o título *As Corajosas: etnografando experiências travestis na prostituição*, e é pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas-USP)

A prostituição recobrou visibilidade, as discussões proliferaram e aparecem publicamente novas figuras nessa militância

no movimento na prostituição que se organiza desde 1987, impulsionado pela saudosa Gabriela Leite.

Ali nascia então a Rede Brasileira de Prostitutas, e atualmente temos também a Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais (CUTS), que funcionam por meio de organizações mais locais, como a Aprosmig (Minas Gerais), o Gempac (Pará) e o Núcleo de Estudos da Prostituição (NEP, do Rio Grande do Sul). Talvez a maior conquista dessa movimentação em busca da plena regulamentação da prostituição no Brasil tenha sido a entrada da categoria “profissional do sexo” em 2002 na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Em 2012, o deputado Jean Wyllys (PSOL), em contato com o movimento organizado de prostitutas, propôs o PL nº 4.211/2012, especificamente sobre a regulamentação. Mas este, assim como o movimento em prol da regulamentação, vem sofrendo uma também crescente oposição por parte de movimentos conservadores que ocupam cargos no Legislativo.

Nesse cenário, a prostituição vem sendo um assunto que recobrou visibilidade, as discussões proliferaram em movimentações feministas, a produção bibliográfica cresce e aparecem publicamente novas figuras nessa militância. Há também uma discussão crescente acerca de travestis e como a grande maioria delas se prostitui, o que também dinamiza as discussões.

Em sua opinião, por que a regulamentação é uma causa que merece apoio?

É muito importante questionar no que consistiria essa regulamentação em face da legislação vigente. Como foi dito, a profissional do sexo é categorizada como profissão pela CBO, portanto, não é crime, e uma pessoa que se prostitui não poderia sofrer constrangimentos (legais e policiais). Quem é criminalizada é a pessoa que se enquadra como “favorecimento da prostituição” e também as casas de prostituição, embora haja um entendimento mais flexibilizado para estas recentemente.

A questão é que todo mundo já viu uma casa na qual se realiza prostituição, e sabemos onde encon-

trar um ponto na rua com mulheres cisgênero e travestis disponíveis para programas. A prostituição já vem ocorrendo em estabelecimentos e junto a terceiros, porque a realização dos programas não se limita só a profissionais do sexo e a clientes.

Discutir de que formas regulamentar e tirar da criminalidade esse suporte, esse entorno, ainda é difícil e não é consenso, mas percebe-se que, quanto mais uma parte da prostituição for criminalizada, mais na ilegalidade ficam as/os que estão realizando programas. Descriminalizar e regulamentar seu trabalho pode ser uma forma de reduzir as violências que já ocorrem por conta dessa ilegalidade. Refiro-me à violência de clientes, mas sobretudo à violência policial, que é lamentavelmente cotidiana contra aquelas/aqueles que vivenciam a prostituição.

O debate deve começar abordando como e o que regulamentar, até porque o movimento de prostitutas vem se organizando e exigindo isso há mais de três décadas. Alguns pontos são: quanto dinheiro do programa fica para as/os profissionais do sexo, como se organizam politicamente, como recebem aposentadoria.

Que características próprias a prostituição assume no Brasil por conta da imensa desigualdade social e pelo histórico de exploração de negras e indígenas desde o Brasil Colônia?

No contexto em que trabalhei, a maioria era de travestis negras. Importante ressaltar que nem sempre elas se autoidentificavam assim. Essas identidades – de travesti, de negra, de profissional do sexo – são políticas, no sentido de que são afirmadas e reivindicadas pra gerar determinados reconhecimentos, conquistar mais respeito, obter políticas públicas, mudar legislações e situações de opressão. Por isso é muito importante atentar quando essas identidades são acionadas, mas também não podemos deixar de combater as opressões, mesmo quando elas não estão assim claramente colocadas.

É preciso, portanto, considerar os contextos específicos de cada pessoa, entender quais são as



violências e desigualdades que acometem determinados grupos e, principalmente, que as opressões são reproduzidas o tempo todo e por qualquer pessoa. Porque as pessoas são muitas coisas ao mesmo tempo. No Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (Numas), da Antropologia da USP, onde trabalho, costumamos dizer que esses marcadores – como gênero, sexualidade, classe, raça, geração – estão sempre articulados e merecem atenção em cada situação.

Também tem havido recentes estudos com prostitutas indígenas – resalto aqui os de Silvana de Souza Nascimento, em áreas não urbanas da Paraíba. É fundamental observar e analisar as diferenças na realização da prostituição, de acordo com diversos contextos de região e de marcadores que estão articulados nas vivências das profissionais do sexo.

Podemos dizer que a desigualdade no acesso às oportunidades é um fato de peso que leva as mulheres para a prostituição – não por escolha de seu destino, mas por contingências socioeconômicas?

Certamente a prostituição não é um mundo separado, então o que leva qualquer pessoa a escolher qualquer profissão tem a ver com contingências socioeconômicas – e na prostituição também. Há bairros, pontos e casas de prostituição que ficam propositalmente afastados, mas o que a existência desses sugere é justamente que a prostituição envolve negócio, mercados, rende dinheiro para quem agencia e para quem se prostitui.

Eu trabalhei especificamente com travestis, que têm em suas trajetórias uma série de exclusões mais marcadas, limitantes, pois muitas são expulsas de casa por familiares que não as aceitam como são, têm de largar a escola por não se encaixarem e assim também logo acessam o mercado de trabalho em situações precárias. Mas, mesmo entre elas, havia uma parcela considerável que havia escolhido fazer programas ou os fazia para complementar sua renda.

São infinitamente variadas as histórias e trajetórias das que realizam programas. Então, investigar como chegaram nessa profissão e se a escolheram pode ser infrutífero, além de descambar em argumentos moralizantes. O foco tem de ser mesmo isso que você colocou: a desigualdade no acesso às oportunidades, tanto pra mulheres cis quanto para travestis. Quais são as profissões disponíveis? Quais são as condições de trabalho e como são as remunerações? Por que diante de

outras é na prostituição que muitas preferem, pois dali conseguem ganhar mais?

O trabalho como profissional do sexo é um campo no qual mulheres, transexuais, travestis e transgêneros podem exercer o ativismo feminista? De que forma?

Profissional do sexo pode ser também um termo interessante para pensarmos nos pontos em comum que perpassam as diferentes vivências da prostituição feminina. Então, pensar o que tem em comum para uma travesti, para uma mulher trans e para uma mulher cis, por exemplo na hora de negociar um programa com um cliente, ou na forma de exigir o pagamento dele ou pelo lado da relação com suas famílias, no dinheiro que elas ganham na prostituição e não só se sustentam, mas também revertem esse dinheiro para suas famílias. Enquanto atitude de afirmação, há luta feminista. Vejo uma enorme potência dos feminismos como afirmação de si, do próprio corpo e da própria sexualidade da forma que se desejar, contanto que não violente as outras. Então, nesse sentido, a profissional do sexo é só mais uma das vozes que soma e luta nesse ativismo plural.

A prostituição é uma maneira de desafiar o patriarcado e empoderar essas minorias?

Há figuras na prostituição que são vorazes contra o machismo e ao mesmo tempo a favor do trabalho na prostituição, e acho que é com elas que a gente pode aprender novas formas de luta. Uma luta que encare liberdade para o sexo e para a sexualidade de mulheres e travestis, ao mesmo tempo em que exige melhores condições para o trabalho sexual. Nesse sentido, vem se desenvolvendo o “Putafeminismo”. Acho muito importante, porque une o que parecem ser duas lutas separadas – uma contra o estigma moral, que liberta as putas, as vadias, em oposição às santas; e outra que luta pelas putas que são profissionais do sexo.

Cabe ressaltar que empoderamento não é algo individual, não basta somente eu desejar mudar e tomar consciência. Claro que, quando se passa a exercer uma forma aguerrida, resistente e subversiva, isso vai moldando e mudando todas as relações em volta. Mas isso precisa estar acompanhado com a luta mais geral por melhorias de condições e oportunidades para todas, melhorias nas oportunidades de acesso, nas remunerações e nas condições de trabalho gerais e do trabalho sexual em suas especificidades.

Investigar como chegaram nessa profissão e se a escolheram pode ser infrutífero, além de descambar em argumentos moralizantes

O movimento pela abolição da prostituição argumenta que a atividade se trata de uma forma de violência masculina, pois seria um exercício de livre escolha do homem e não da mulher e demais minorias. O que a senhora acha desse movimento?

Há essas vertentes feministas que se dizem abolicionistas, no sentido de querer o fim da prostituição. Eu acho fundamental ouvir os questionamentos levantados por elas, para que estejamos sempre alertas, porque opressão e violência contra mulheres estão sendo sempre reproduzidas e de formas diferentes. Mas está justamente aí a dificuldade, porque precisamos de disposição constante para analisar os casos diversos e entender de que forma estão se dando as situações e contextos violentos, para saber exatamente como combater, de forma prática e estruturada.

Não são só homens e mulheres que estão na prostituição. E às vezes suas posições estão invertidas. Há poucas, mas há as mulheres que são clientes e que pagam por serviços sexuais de homens. Aí entram os outros marcadores, e nesse caso costuma ser latente o de classe, mas podemos pensar no de geração também, por exemplo em uma relação entre a dona de casa de prostituição, que geralmente fez programas a vida toda e passa a agenciar a prática, e a profissional que trabalha para ela. É muito difícil captar o que há de opressão e de violência na prostituição.

Por conta também da situação de semilegalidade que comentei no início, existem pouquíssimos dados estatísticos, então os trabalhos de antropólogas/os acabam sendo uma boa ferramenta para pensar quais são essas variadas violências que podem ocorrer. Na grande maioria das vezes, o que eu ouvia como sendo violento era o cliente querer pagar menos ou não pagar pelo programa.

A prostituição em si não é uma violência, mas temos de ouvir o que elas dizem. Aí também nota-se outro impasse, porque não haverá uma única voz capaz de representar todas que estão na prostituição. Há quem escolhe e há quem não pode escolher, então o que deve ser garantido é somente a possibilidade de escolher. Possibilidade que se dá tanto me-

lhorando as condições de trabalho geral quanto as da prostituição como um trabalho regulamentado.

Como vê os argumentos abolicionistas de que a prostituição atende aos interesses da sociedade patriarcal, propicia a violência, o uso de drogas e álcool, e estimula um mercado em que as profissionais do sexo são as que menos ganham – os maiores ganhadores seriam os intermediários e outros atores que orbitam em torno do serviço prestado?

Há nuances mesmo nessas correntes abolicionistas e distintos argumentos são levantados, e até mesmo diversas formas de interpretar o que seria sociedade patriarcal. O que estamos dizendo com isso? Se estamos falando de regulações, julgamentos e violências contra as escolhas e vidas de mulheres, consigo pensar em diversas situações dessas que ocorrem em outros contextos que não na prostituição. Conheci alguns casos de mulheres que faziam programas e diziam que o problema era lidar com o marido em casa, mas que, com o dinheiro do programa, conseguiam uma certa liberdade diante dessa situação. Então, falta-nos perguntar quem são essas pessoas que estão fazendo programas. Não é só isso que elas fazem e não é só a prostituição que elas vivenciam.

Particularmente, pergunto-me o quanto essa ideia dá conta das variadas opressões, porque a gente perde muito considerando que é só o homem que violenta uma mulher. Por exemplo, faz tempo que a militância de mulheres lésbicas e bissexuais chama atenção para as relações violentas e opressoras entre mulheres. O contexto de drogas também enfrenta situações paradoxais de criminalização, que só geram mais ilegalidade. Assim, as pessoas envolvidas ficam mais à mercê de abusos de poder policial, de uma polícia que atua de forma racista, classista, LGBTfóbica. A violência que acaba orbitando a prostituição é consequência dessa situação que não regula plenamente o exercício da/do profissional do sexo, o que está inserido em um contexto mais amplo de desigualdade social.



Flávia Herédia e Ticianá Labate não acreditam que as mulheres tenham liberdade de escolha quando se trata de prostituição. Para elas, a atividade é resultado de um sistema violento imposto sobre as mulheres pelo patriarcado, de mãos dadas com o capitalismo. Por isso, são adeptas da corrente abolicionista, um movimento ainda de pouca expressão no Brasil e que tem suas maiores referências em alguns países europeus e nos Estados Unidos. O abolicionismo entende a mulher como vítima da situação e busca protegê-la, criminalizando o consumidor, os intermediários e as casas de prostituição.

Quais são as bases de pensamento do movimento pela abolição da prostituição?

Flávia Herédia – Entendemos a prostituição como algo realmente exploratório para as mulheres, por isso a ideia de abolir. A prostituição, por ser algo exploratório em si mesmo, não tem como

ser regulamentada, ficar mais limpinha, mais segura. O modelo abolicionista considera que a prostituição é uma forma de violência contra as mulheres. Os exemplos reais de países que regulamentaram foram horríveis. Na Holanda e Alemanha, por exemplo, o tráfico de mulheres aumentou muito, por que eles pegam mulheres do Leste Europeu, que têm uma situação financeira bem precária, e as trazem para estes lugares regulamentados. Elas aparentemente são autônomas, mas na verdade são traficadas. Para o Estado, parece que está tudo ok. Ticianá Labate – Esse tráfico é visto pelo Estado como migração para o trabalho.

Quais são as principais referências do movimento abolicionista?

Labate – Uma delas se chama Yvonne Svanström [pesquisadora da Stockholm University], que fez várias pesquisas sobre o modelo nórdico.

Flávia Herédia e Ticianá Labate integram o Comitê pela Abolição da Prostituição. Herédia estuda Letras e Labate é formada em Ciências Sociais, ambas na Universidade de São Paulo

Nós acreditamos que é muito violento este argumento de que as mulheres gostam e de que elas estão ali porque querem

Tem a Melissa Farley, que coordena um projeto chamado Prostitution Research Education. Ela reúne bastante material sobre os bordéis legalizados de Nevada, nos Estados Unidos. A Catherine MacKinnon [advogada, adepta do feminismo radical], e a Andrea Rita Dworkin [escritora feminista conhecida por forte oposição à pornografia] foram duas das mais importantes no desenvolvimento do modelo abolicionista.

Na América Latina, o Comitê Internacional Contra o Tráfico de Mulheres, que tem um posicionamento abolicionista, é bem forte. Mas no Brasil, não. Aqui é ainda muito difícil pautar essas ideias.

É um movimento recente?

Labate – Ainda é defendido por abolicionistas independentes, que não têm ligações grandes com partidos, com grandes movimentos. Algo bastante incipiente.

Que países aboliram e tiveram os índices de prostituição reduzidos?

Labate – Esses países nunca chegaram a 100%, mas conseguiram reduzir bastante. Primeiramente a Suécia, onde a lei de criminalização do consumidor (de prostituição) foi aprovada em 1998 e entrou em vigor em 1999. Depois vieram a Noruega e a Islândia e, mais recentemente, o Canadá, a França e a Irlanda do Norte. Quando esta lei foi aprovada na Suécia, veio justificada por uma lei maior que se chamava “Lei de Violência Contra as Mulheres”, atestando a posição do Estado sueco de que a prostituição era uma forma de violência masculina contra mulheres e crianças.

Herédia – Porque não é à toa que a maior parte das pessoas prostituídas seja formada por mulheres. E também que a maior parte das pessoas que consome a prostituição, o sexo

pago, seja de homens. Isso revela que há uma estrutura de violência por trás que faz com que este sistema se mantenha. E é um sistema muito lucrativo. O patriarcado e o capitalismo estão de mãos dadas nesses países regulamentaristas. Porque tem gente lucrando com isso, tem cafetão lucrando com isso. Os próprios consumidores se beneficiam desse sistema. Eles acham que está ótimo ter acesso ao corpo feminino pagando. Aí a mulher vira mercadoria. É como se fosse legitimado o papel da mulher enquanto objeto.

Existem informações de que a atividade da prostituição no Brasil é exercida, na maioria, por mulheres que optaram por essa profissão e não por outra. Abolir não significaria restringir a liberdade de escolha individual? E no caso das pessoas que estão ali por opção, sem cafetão e sem tráfico?

Labate – Para nós, a exploração não se dá somente quando existe um intermediário no processo, nem quando só existe tráfico sexual. A exploração é uma questão inerente da prostituição, por mais que a pessoa nem reconheça explicitamente como tal. Porque as mulheres estão coletivamente submetidas a uma questão de ideologia da apropriação dos corpos dela, à visão do corpo como uma mercadoria coletiva dos homens do qual eles podem se apropriar. Eu não acredito que a qualquer hora elas podem sair e fazer outra coisa da vida. Existe um projeto na Estação da Luz [região central de São Paulo] com mulheres em situação de prostituição, coordenado pela Cleone [Santos], que integra a Marcha Mundial das Mulheres. Ela se prostituía no Jardim da Luz e saiu dessa situação depois de muito tempo. Lá tem uma mulher de quase 80 anos que até hoje fala: “Eu acredito que ainda vou sair!” E, ano



após ano, elas continuam lá. Tem uma moça que falou pra gente: “Eu preciso do dinheiro na hora. Eu não posso receber por mês”. É uma situação de precarização tão extrema... A maioria delas não tem o Ensino Médio completo e a maior parte não teve acesso a recursos básicos. Não sabe ler e escrever. Então não sei se é uma opção tão grande assim de que elas dispõem.

Herédia – Primeiro ponto: nós acreditamos que é muito violento este argumento de que as mulheres gostam e de que elas estão ali porque querem. Normalmente este é o argumento para justificar vários tipos de violência contra a mulher. Exemplo: a mulher acaba de sofrer violência doméstica, mas continuou com o marido porque ela gosta. Ou então ela foi assediada, mas ela também gosta. “Foi um elogio!” Então é uma estratégia do próprio patriarcado falar que a gente gosta da própria exploração. Que a gente gosta de se prostituir. Segundo ponto: muitas mulheres que se pronunciam abertamente a favor da prostituição não estão em situação de prostituição. Estão agenciando, são intermediárias. Quando a mulher quer sair dessa situação, ela não vai dar a cara a tapa e falar na mídia, pois justamente não quer ser vista. Fica muito difícil quantificar quantas querem sair, porque elas não falam.

Mas nem se fizer uma pesquisa em que o nome não aparece?

Labate – É muito difícil. Estamos fazendo um projeto de trajetória de vida com as mulheres da Luz, e elas têm muito medo de aparecer. Elas não são as mulheres das reportagens que as pessoas gostam de ler, sabe? Sobre a prostituta feliz que fez uma faculdade de não sei o que, mas que prefere ser prostituta.

Herédia – Isso representa zero vírgula zero zero zero. Porque a maioria está se prostituindo por um prato de comida e para alimentar seus dependentes.

Labate – A maioria das mulheres da Luz é mãe solteira, 90% tem um filho, dois filhos ou muitos filhos. A Cleone fala muito isto: “Eu saí da prostituição, mas a prostituição não saiu de mim”. Uma vez que você entra, é muito difícil sair. Se sair, será vista como aquela mulher que estava lá naquele lugar se prostituindo. Há uma série de barreiras e entraves – inclusive o fato de já ter sofrido abuso na infância – que se perpetuam psicologicamente.

O movimento pela abolição não vem reforçar o estigma que a prostituta já sofre?

Labate – Não. Para mim é uma questão como: “Ah, você é a favor da abolição da escravidão, então você é contra os escravos”. Nós vemos a prostituição como um sistema ... o sistema é violento contra as mulheres. A culpa não é delas. O abolicionismo nunca prevê a penalização das mulheres, e sim dos consumidores e dos intermediários. São oferecidas alternativas e assistência social para que as mulheres possam sair da prostituição e se inserir no mercado de trabalho. Em uma sociedade capitalista, isso é muito difícil. Não quer dizer que são projetos super bem-sucedidos, mas a tentativa é fazer com que as mulheres sempre possam sair da prostituição, que lhes seja dada uma alternativa. Herédia – Na verdade, o grande estigma é achar que mulheres exploradas gostam de ser exploradas.

Mas e se elas próprias não se veem como exploradas?

Herédia – Vocês não acham estranho que 80% das pessoas nesta situação sejam mulheres? Por que o homem não está nesta situação? Se for realmente uma escolha, por que os homens não estão fazendo esta escolha? Por que será que essa escolha é feita normalmente por mulheres que não têm o que comer?

Labate – É muito difícil para uma mulher que está em uma situação violenta se reconhecer naquela situação. O modelo abolicionista implica uma política de legislação. Estamos falando da implementação de uma coisa muito grande. Quando você olhar para algumas mulheres dizendo “eu gosto, eu escolho, eu faço, eu opto”, tem de pensar em quantos milhões de outras mulheres podem ser prejudicadas com este tipo de política. Quando a prostituição é regulamentada, você vê os resultados gritantes e bizarros aparecendo. É preciso ter visão crítica sobre as falas das mulheres. Outra coisa: o foco é sempre colocado nas mulheres que se prostituem. Nunca vejo as pessoas discutindo sobre os consumidores. Eles são invisíveis, são blindados. Ninguém discute se está certo ou errado eles consumirem sexo. Ninguém pensa no sistema e em quem é responsável por criar demanda para esse sistema.

Vamos supor que um homem ou mulher com um problema físico, uma doença, tenha

O abolicionismo nunca prevê a penalização das mulheres, e sim dos consumidores e dos intermediários

dificuldade em encontrar um parceiro e precise recorrer a um serviço sexual.

Herédia – O modelo abolicionista não trabalha com exceção, e sim com a estrutura. E estrutura é essa. São mulheres que trabalham com a prostituição, homem que usa a prostituição e acha que é legítimo usar o corpo da mulher pagando por isso.

Quando você fala do corpo da mulher, não podemos ver como uma prestação de serviço como qualquer outra que use o corpo? Por exemplo, uma modelo? É porque envolve o sexo que a coisa se torna problemática?

Herédia – Você está vendendo o seu corpo. Não é a mesma coisa de vender a sua força de trabalho.

Mas o cliente não está comprando o corpo em si, não pode levá-lo para casa. Está comprando um serviço que tem hora para acabar e que custa X. Até que ponto tem um moralismo aí?

Labate – Uma pessoa me perguntou isto uma vez: uma empregada doméstica também não está usando o corpo? A questão é, sim, o sexo. Porque vemos a prostituição como uma violação do corpo das mulheres, como um estupro.

Mas uma violação sendo consentida?

Herédia – O consentimento temos que questionar. É muito difícil falar que a gente consente ser explorada. A gente é objeto sexual. A gente é socializada para ser um objeto sexual. Então como dizer que consentimos sem ter esse papel? Isso é muito violento.

Labate – Para algo ser força de trabalho, este trabalho precisa se externalizar em alguma coisa. Tanto na forma física de algum objeto que se produz quanto em um trabalho intelectual. A prostituição não tem nenhum desses dois aspectos. Então é muito interessante tentar enxergar essa relação entre prostituição e

trabalho... a prostituição é muito mais antiga que o capitalismo. Uma autora que estuda esse tema, chamada Amy Dru Stanley (professora na Yale University), fala como se deu a passagem de algo muito associado com a escravidão para essa relação de contrato. Tanto que o livro dela se chama *From Bondage To Contract, ou Da Escravidão ao Trabalho Livre*. Recheia a prostituição com essa noção de trabalho, de contrato, de jornada do que quer que seja, isso não torna a prostituição menos violenta. É quase como se fosse a própria moralização do trabalho em cima da prostituição. Então não é uma questão de moral do sexo, porque nem acho que você precisa fazer sexo só com alguém que você ama, que você goste. Mas significa homens poderem coletivamente dispor do direito de chegar em qualquer lugar e manter acesso sexual com uma mulher simplesmente porque ela está vendendo aquilo. E aquilo não é uma venda simplesmente arbitrária. É uma imposição coletiva mesmo. Existe algo por trás daquilo. Quando a gente fala: “Ah, é o sexo que pesa?” Sim, porque existe violência sexual. Então é o sexo que pesa. Mas não é uma questão de moral sexual. É uma questão do sexo sempre sendo essa ferramenta pela qual os homens podem obter acesso à exploração sexual.

E se a mulher quiser comprar uma noite de diversão?

Labate – Acho que ninguém deve comprar sexo de ninguém. Mas não é a mesma relação. Herédia – Eu nem consigo pensar nessa hipótese, porque o homem não é objeto sexual. Não consigo pensar em um mundo em que ele seja socializado para isso, para ser um objeto.

Tem alguns homens que já são objeto sexual.

Labate – Mas os consumidores na sua grande maioria são homens.



E se a coisa virar?

Labate – Só consigo pensar nas coisas que existem. Não consigo materializar... Em um mundo hipotético ideal, o abolicionismo nem seria necessário. Se chegarmos a um nível de igualdade suficiente, talvez ele nem seja necessário. Estamos falando dele porque existe uma necessidade.

Na tentativa de proteger a mulher, existe um risco de vitimização? A prostituição não poderia ser uma forma de empoderamento feminino, na medida em que os movimentos das profissionais do sexo se unem para impor suas regras, definir os contornos da atividade de acordo com o seu bem-estar e conquistar direitos?

Labate – Nem todas as mulheres do mundo vão passar por todas as situações que algumas mulheres passam. Por exemplo: eu não passei por situação de violência doméstica, mas posso falar sobre a situação da violência doméstica. Para mim, este é o papel do feminismo. Ele fala por todas as mulheres porque enxerga uma questão coletiva e não um “roubo de fala”. O modelo abolicionista vai nesse sentido. Em relação à vitimização, a noção de vítima pode até fundar coisas que para o Direito são muito importantes. Por exemplo, as políticas de ação afirmativa. Elas existem quando você vê que há uma desigualdade colocada na sociedade e que é preciso agir em cima dessa desigualdade. Quando você vê pessoas em uma situação específica de vulnerabilidade, não é para dizer que elas são pessoas incapazes de mudar esta situação, nem que são pessoas completamente manipuladas. Não é isso. Mas, sim, enxergar que elas são submetidas a uma situação à qual você não quer que elas sejam submetidas. Eu não quero que as mulheres sejam forçadas a se prostituir coletivamente.

Herédia – As cotas, por exemplo. É uma questão afirmativa, certo? Quando você defende cotas para negros, não é porque você está falando que o negro não tem capacidade cognitiva para passar no vestibular. Mas é entender que, por ter havido a escravidão, e pelo fato de a inserção dos negros ser complicada até hoje, você enxerga que aquela comunidade é vítima, sim, porque não foi completamente inserida. Reconhecer que existem minorias que são vítimas faz com que a sociedade pense em alternativas para a inserção de fato.

O movimento pela abolição estaria alinhado com a bancada mais conservadora do Congresso, enquanto o deputado Jean Wyllys, do PSOL, encampou o projeto de lei pela legalização da profissão?

Labate – Bom, o próprio PT, que não é exatamente conservador, discorda completamente do PL. A CUT tem uma briga enorme contra o PL. O próprio grupo de mulheres do PSOL discorda do Jean Wyllys também. Tem várias abolicionistas no PSOL e elas estão tentando fazer com que ele retire este projeto de lei. Eu acho que as feministas radicais, sendo extremamente favoráveis à legalização do aborto, não podem ser consideradas moralistas ou religiosas. Todas as mulheres da SOF [Sempreviva Organização Feminista], ligada à Marcha Mundial das Mulheres, são contra o PL. Herédia – Sobre o moralismo, primeiro a gente defende as mulheres. Dentro do modelo abolicionista, não está prevista nenhuma penalidade à mulher. Diferente da bancada conservadora, que acha que a prostituição só existe porque existe oferta. Na nossa concepção, a prostituição existe porque existe demanda. Porque homens querem consumir mulheres. A oferta se cria a partir disso. Mas, na cabeça dos conservadores, a mulher é responsabilizada de certa forma. Nós a vemos como uma vítima de uma estrutura que há por trás. O projeto do Jean Wyllys é extremamente problemático.

Por quê?

Labate – Começa no fato de que a própria emenda do projeto diz: é um projeto de lei que visa regulamentar os profissionais do sexo, o que deixa passar uma coisa que está por baixo, que é a legalização das casas de prostituição e da cafetinagem. Isso altera o Código Penal no Brasil.

Herédia – Inclusive algumas pessoas regulamentaristas discordam do PL porque ele é péssimo. Até as profissionais do sexo discordam.

Mas o PL, embora encampado pelo Jean Wyllys, foi feito pela Rede Brasileira de Prostitutas e vem sendo chamado de “Gabriela Leite” (que foi uma das líderes da rede).

Herédia – Gabriela Leite era uma universitária privilegiada que não representa a grande maioria das mulheres prostituídas. ¹²²

BLEMISHED PARADISE / FLICKR CREATIVE COMMONS



As mulheres estão adequadamente retratadas nos filmes? A pornografia é necessariamente prejudicial para a bandeira feminista? A sexualidade da mulher é apenas uma questão de saúde? Quando a publicidade deixará de explorar o corpo feminino com a finalidade de vender produtos? Navegue por *links* que respondem a estas e outras questões.

POR AMÁLIA SAFATLE

O Teste de Bechdel avalia a presença da mulher em filmes, analisando se as personagens femininas foram construídas como sujeito da história ou se existem apenas em função dos personagens masculinos. São três os pontos avaliados: se há mais de uma personagem no filme, se elas conversam entre si e se conversam sobre algum assunto que não gire em torno de homens. Vários clássicos não passam no teste (vale dizer que não entra no mérito se o filme é “bom” ou “ruim”). Saiba mais [aqui](#).

Já algumas animações para a criançada abordam gênero, etnia e orientação sexual sem reproduzir preconceitos. Segundo reportagem publicada no jornal *Nexo*, são desenhos dos canais Cartoon Network e Nickelodeon que fogem de estigmas ao apresentar questões sobre identidade. Saiba [aqui](#) quais são esses desenhos.

[Esta reportagem](#) da revista *Nova Cosmopolitan* avisa que existem pelo menos nove motivos para assistir ao filme *She's Beautiful When She's Angry*, lançado em 2014. De acordo com a matéria, o filme ilumina a luta de mulheres poderosas que encabeçaram o movimento feminista entre 1966 e 1971 nos Estados Unidos.

Mulheres que mudaram o mundo e ainda conquistaram um Prêmio Nobel. Literatura, ciência, paz, direitos humanos: elas dão conta de tudo. Veja [aqui](#).

No Brasil, a vida de uma das principais ativistas dos direitos das prostitutas virou filme. Trata-se de [Um Beijo para Gabriela](#), da diretora Laura Murray. Diz a sinopse: “Filha da contracultura dos anos 70, trocou a faculdade de Ciências Sociais pela prostituição”.

A indústria pornográfica deu um passo inédito, segundo [esta reportagem](#) do jornal *Nexo*: o *Pornhub*, um dos maiores sites de conteúdo pornô do mundo, lançou em fevereiro uma iniciativa de educação sexual, por meio da seção [Sexual Wellness Center](#). “O conteúdo traz vídeos, textos e respostas a dúvidas sobre consentimento, saúde reprodutiva, sexo saudável, relacionamentos e doenças sexualmente transmissíveis.”

Mesmo assim, a pornografia causa muitas controvérsias. [Este texto](#) da jornalista Thamires Motta traz a seguinte provocação em um trecho: “Na última semana, alguns *posts* viralizaram depois de sugerir que as pessoas buscassem a palavra ‘enteadas’ no Google. O resultado é bem chocante: as três primeiras páginas revelam a quantidade de conteúdos pornográficos relacionados à pesquisa. Na terceira página, mesclam-se a pornografia e... notícias sobre estupro”.

[Este outro texto](#) fala sobre a dificuldade de garotas por volta dos seus 15 anos em lidar com meninos viciados em pornografia. Leia na tradução do original em inglês: “Elas descrevem que são classificadas na escola com base em seus corpos, e que às vezes são comparadas a atrizes de filme pornô. Elas sabem que não podem competir, mas isso também não as impede de achar que têm de competir entre si. A procura por cirurgias genitais triplicou em pouco mais de uma década entre jovens mulheres com idade entre 15 e 19 anos. Garotas que não se submetem ao tipo de depilação inspirada pela pornografia geralmente são consideradas feias, sujas ou nojentas pelos garotos, e também por outras garotas”.

E por falar em cirurgias genitais, [esta reportagem](#) de *The Huffington Post* aborda a labioplastia va-



GIDEONI FELICKR CREATIVE COMMONS

ginal, com um título que ao mesmo tempo serve de conselho e de alerta: “Mulheres, não há nada errado com as nossas vaginas”.

A nova sensação nos grupos de WhatsApp é: [manda nude, amiga](#). O movimento vem da mulherada cansada de ser vítima de parceiros vingativos, machistas ou possessivos. E ao mesmo tempo curte a tranquilidade de trocar intimidades e imagens de nudez com as amigas de confiança, sem ligar para imperfeições, deixando pra lá a imposição dos corpos plásticos.

Um painel de palestras TED com quatro visões sobre pornografia e suas implicações. Assista a todos [aqui](#).

E descubra [neste blog](#) que este não é um assunto só de homem. O *Ada* – nome que homenageia a primeira pessoa que programou um computador, uma mulher (Ada Lovelace) – fez pesquisa anônima entre quase 600 entrevistadas para entender qual é a internet erótica delas. Descobriu que 25% consomem pornografia três vezes por semana. Diante disso, criou um guia voltado para a demanda feminina, recheado de dicas.

Nessa mesma linha, o grupo OMGYes (Oh My God Yes) busca desmistificar e adotar uma postura honesta em relação às diferentes formas que as mulheres sentem prazer. [Aqui](#), a versão em português.

[Reportagem](#) da revista *AzMina* pergunta: “Por

que a sexualidade da mulher é tratada como questão de saúde? Tabus e mitos colocam o prazer feminino constantemente no consultório médico. Entre exames desnecessários e falta de informação, uma nova ginecologia vem ganhando espaço”.

VOCÊ SABIA QUE...

... o sexo pago pode ser subsidiado pelo governo? Um porta-voz do Partido Verde alemão defende a assistência sexual subvencionada para portadores de deficiência ou doentes graves que não podem pagar por isso. Veja mais [neste vídeo](#).

... é mais fácil entrar em um museu como musa despida do que como um artista de nome feminino? Em 1985, apenas 5% dos artistas no Metropolitan de Nova York eram mulheres, enquanto 85% dos nus eram femininos. Os números de hoje ainda não são muito diferentes. Arte, substantivo feminino? Só que não. Veja por que [neste vídeo](#).

... campanhas publicitárias sexistas poderão levar multa? Um projeto de lei em análise na Câmara dos Deputados estima penalidades de até R\$ 200 mil para campanhas cujo conteúdo estimule violência contra a mulher. O PL nº 6.191/16 é de autoria Erika Kokay (PT-DF). No texto, a deputada explica que o objetivo é a “vedação à publicidade de cunho misógino, sexista ou estimuladora de agressão ou violência sexual”. Saiba mais [neste reportagem](#) de *Meio&Mensagem*. 